

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: UTILIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS
NATURAIS**

**PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO: TERRITÓRIO
INSTITUCIONALIZADO E LUGAR DE VIVÊNCIA**

ORLANDO EDNEI FERRETTI

Orientadora: Maria Dolores Buss

Florianópolis

2002

Orlando Ednei Ferretti

**PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO: TERRITÓRIO
INSTITUCIONALIZADO E LUGAR DE VIVÊNCIA**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Geografia, Curso de Pós-graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Msc. Maria Dolores Buss

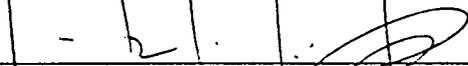
Florianópolis

2002

“Parque Estadual da Serra do Tabuleiro: Território Institucionalizado e Lugar de Vivência”.

Orlando Ednei Ferretti

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, área de concentração, Utilização e Conservação de Recursos Naturais, do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.

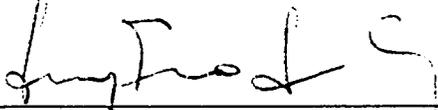


Prof. Dr. Norberto Olmíro Horn Filho
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia

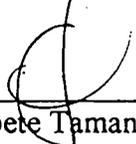
APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM: 14/06/2002



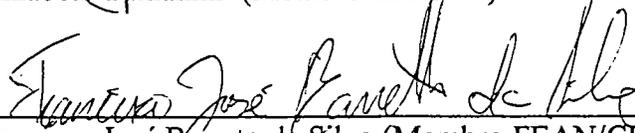
M.Sc. Maria Dolores Buss (Presidente e Orientadora-UFSC)



Dr. Luiz Fernando Scheibe (Membro-UFSC)



Dra. Elizabete Tamanini (Membro-IELUSC)



Dr. Francisco José Barreto da Silva (Membro FEAN/CESETH)

Florianópolis - 2002

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia, principalmente ao ex-coordenador professor Luiz Fernando Scheibe pelo apoio e amizade, principalmente a turma de 1999, sem o qual, muitos alunos não teriam realizado o curso.

À professora Maria Dolores Buss pela paciência em esperar minhas definições e por acreditar nas possibilidades que esse trabalho possa vir a ter. Muito mais que uma orientadora.

Aos colegas da turma de 1999 e aos professores da pós-graduação.

Aos amigos que se envolveram diretamente ou indiretamente na minha aflição e souberam respeitar o meu silêncio.

Em especial a Lú e ao Gabriel por estarem por perto quando eu mais necessitava.

A experiência é constituída de sentimento e pensamento. O sentimento humano não é uma sucessão de sensações distintas; mais precisamente a memória e a intuição são capazes de produzir impactos sensoriais no cambiante fluxo da experiência, de modo que poderíamos falar de uma vida do sentimento como falamos de uma vida do pensamento. É uma tendência comum referir-se ao sentimento e pensamento como opostos, um registrando estados subjetivos, o outro reportando-se à realidade objetiva. De fato, estão próximos as duas extremidades de um *continuum* experiencial, e ambos são maneiras de conhecer.

Tuan

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	ix
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	x
RESUMO.....	xi
ABSTRACT.....	xii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 - O RETRATO DE NATUREZA.....	11
1.1 ESTRUTURAS.....	11
1.2 LEGITIMIDADE E TERRITÓRIO.....	19
1.3 PROTEGER E ZELAR: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – ESPAÇOS PROTEGIDOS.....	26
CAPÍTULO 2 - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA.....	36
2.1 LOCALIZAÇÃO.....	36
2.2 MAPA DE COBERTURA E USO DA TERRA.....	42
2.2.1 Floresta primária e vegetação secundária nos estágios mais desenvolvidos.....	43
2.2.2 Vegetação secundária nos primeiros estágios de desenvolvimento com o aparecimento de vegetação secundária nos estágios mais desenvolvidos.....	45
2.2.3 Campo de altitude.....	48
2.2.4 Vegetação flúvio-lacustre.....	47
2.2.5 Restinga.....	48
2.2.6 Manguezal.....	49
2.2.7 Restinga e dunas.....	49
2.2.8 Reflorestamento de pinus e eucaliptus.....	50
2.2.9 Área de pastagem.....	50
2.2.10 Lavoura temporária com áreas de pastagem.....	50
2.2.11 Áreas de pastagem com vegetação secundária nos primeiros estágios de regeneração.....	51

2.2.12 Áreas de pastagem com vegetação secundária nos primeiros estágios de desenvolvimento e áreas de lavoura temporária.....	51
2.2.13 Área em processo de urbanização.....	51
2.2.14 Área de mineração.....	52
2.3 OCUPAÇÃO DA ÁREA DO PARQUE E NO ENTORNO.....	52
2.3.1 A ocupação açoriana.....	54
2.3.2 A ocupação alemã.....	55
CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	59
3.1 BASE CONCEITUAL.....	59
3.2 ENTREVISTAS.....	65
CONSIDERAÇÕES.....	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	88
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....	94
ANEXOS.....	96

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

FIGURA 1. LOCALIZAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO.....	36
FIGURA 2. PERCENTUAL DOS MUNICÍPIOS NA ÁREA TOTAL DO PARQUE.....	37
FIGURA 3. ÁREA DE CADA MUNICÍPIO DENTRO DO PARQUE (KM² %).....	38
 Mapas em anexo	
MAPA 1. COBERTURA E USO DA TERRA DA ÁREA DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO.....	100
MAPA 2. VEGETAÇÃO DA ÁREA DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO TABULEIRO.....	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

U.C – Unidades de Conservação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNGC – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro

Fatma – Fundação de Amparo ao Meio Ambiente de Santa Catarina.

ONU – Organização das Nações Unidas

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

IUCN – União Internacional para da Conservação da Natureza (sigla da entidade em inglês)

UNESCO – Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas

RESUMO

O presente trabalho é uma análise sobre a criação do território da Unidade de Conservação Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, a partir de reflexões sobre a constituição do território da unidade e a percepção quanto a esta dos moradores das comunidades que vivem dentro dos limites da área do Parque e em sua área de entorno. As reflexões foram construídas sobre um conjunto teórico embasado na geografia da percepção, a partir do conceito de lugar. Para compreender o processo de criação de áreas protegidas, foi necessário definir as relações homem e natureza, e as diretrizes que a sociedade gera em torno das unidades de conservação. Foram traçados diferentes perfis das relações dos moradores com o lugar, principalmente das suas tradições rurais, ou seja, do acervo cultural das comunidades com o lugar a partir de suas origens étnicas e da sua produção sobre o ambiente. O território é explorado também em uma escala macro-regional apresentado no trabalho através da composição do mapa de vegetação original da área do Parque e de um mapa de uso e cobertura da terra, incluindo a área do entorno do Parque.

Palavras-chave: Unidades de Conservação; Parque; Território; Lugar; Percepção.

ABSTRACT

This research analyses the territory's creation of the Conservation Unit of Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, starting from reflections and perceptions of the community who lives inside and in adjacent areas of the Park. Those reflections were built on a geographical theoretical approach based in the perception and concept of place. In order to understand the protecting area process it was necessary to look after for definitions of the man and nature relations, besides the society's demand for the conservation units. Some different profiles were built, mainly of the rural traditions, it means the ethnic cultural community background and the environment production. The territory is explored in a macro-regional scale represented on a map of the original vegetation of the Park, and a map that brings the covered land including the adjacent Park area.

Keywords: Conservation Unit; Park; Territory; Place; Perception.

INTRODUÇÃO

Compreender os diferentes aspectos da realidade espacial é a perseguição de todo profissional em geografia, encontrar um fato espacial, que não somente marque um trabalho acadêmico, mas também atinja um novo olhar.

As unidades de conservação representam um fato espacial diferencial. É diferencial por proporcionar aos profissionais um conjunto bem definido de questionamentos que são emoldurados por múltiplas interpretações.

Este trabalho analisa a Unidade de Conservação Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, a partir de sua inserção espacial, de uma demarcação de limites que pressupõe a caracterização de um território. E da confrontação com outro conceito geográfico: o lugar, a designação espacial e a percepção comunitária de aspectos sociais e naturais relevantes, indicados principalmente por proposições culturais.

A idéia de produzir este trabalho nasceu da necessidade em trazer a discussão sobre uma unidade de conservação em fase de implantação, conhecendo não só a estrutura da área (através da representação da cobertura e uso da terra da unidade), mas principalmente a realidade da população que vive dentro da unidade e no seu entorno.

O objetivo principal do trabalho é propor uma análise do território, da unidade de conservação Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, a partir do entendimento dos lugares, observando a experiência da população. O Parque foi explorado em duas escalas de trabalho distintas: uma escala local que procurou identificar através de entrevistas o relacionamento e o entendimento das pessoas para com o lugar e uma escala macro-regional, com o objetivo de verificar o atual estágio de ocupação e usos da área do parque onde a análise situou aspectos físicos-bióticos da unidade na

perspectiva de ter uma visualização geral da utilização do espaço de abrangência do Parque e da área de entorno.

Na escala local foram realizadas entrevistas com moradores de áreas dentro dos limites do Parque e na área de entorno, essas tiveram por objetivo identificar e caracterizar as comunidades que vivem dentro do parque, e suas percepções, atitudes e valores quanto à paisagem, através de uma abordagem descritiva da percepção ambiental que as pessoas tem para com o *lugar*. Identificando a partir das entrevistas quais eram e como ficaram as interações espaciais nas comunidades a partir da delimitação do Parque.

A construção do trabalho tem por base fundamental a caracterização de *lugar* proposto por TUAN (1980 e 1983) onde a experimentação/percepção cria lugares (ligação com os lugares – Topofilia). Para compreender a ligação da comunidade com o seu lugar, foram realizadas entrevistas qualitativas, construídas para possibilitar o entendimento e a articulação dos processos de percepção quanto á paisagem, integrando o sentido de lugar para cada indivíduo (TUAN 1983).

Quanto à metodologia de entrevistas e análise de percepção, procurou-se adaptar dos trabalhos de MACHADO (1988), BLEY (1990), MINAYO (1996) o referencial para criar um método de trabalho.

Na perspectiva de compreender a relação das pessoas com o lugar foram realizadas 28 (vinte e oito) entrevistas em várias incursões nos meses de maio, junho e agosto de 2001, nas localidades de Praia do Siriú em Garopaba (seis entrevistas), na comunidade da Praia da Pinheira em Palhoça (oito entrevistas), no vale do Rio Capivaras a comunidade de Vargem do Cedro no município de São Martinho (oito entrevistas), a comunidade de Laranjal no município de Imaruí (duas entrevistas) e a comunidade de Santa Maria no município de São Bonifácio (quatro entrevistas).

Seguindo o trabalho de BLEY (1990), embasado no roteiro metodológico de WHYTE (apud BLEY op. cit.), determinou-se um roteiro de trabalho de campo em comunidades que vivem dentro e no entorno à área do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, para propor questões nas entrevistas com alguns moradores dessas áreas. As questões metodológicas, adotadas para o estudo da área, basearam-se na orientação abordada por MINAYO (1996), onde a percepção sobre pesquisa qualitativa é de que a interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados é essencial para obter maior aproximação da realidade.

A aplicação de entrevistas aos moradores do Parque, objetivou ter entendimento da percepção das pessoas no ambiente e do sentido do lugar, levantadas em entrevistas diretas. Aplicado a 28 pessoas de diferentes comunidades, com as seguintes questões principais (adaptado de MACHADO, 1988):

1. Quanto à identidade com o lugar, o local das raízes.
2. Quanto à descrição espacial do lugar onde vive, dos limites, fronteira, barreira natural.
3. Quanto à utilização, *no que se trabalha ali no lugar*, de que forma.
4. Quanto à proteção e a *responsabilidade para com o lugar* em especial, quem deve cuidar e como?
5. *Quanto à valorização*

Conforme BLEY (op. cit.), seguindo a metodologia de WHYTE, criou-se à perspectiva de uma caminhada guiada por um morador da comunidade, para se observar à experiência com o meio e a valorização e atitude para com a natureza do lugar.

Houve uma série de dificuldades no acompanhamento das atividades do cotidiano, não foi possível criar relações informais com a comunidade interagindo no seu cotidiano, conforme a *Observação Participante* de MINAYO (1996) este procedimento faz-se necessário na apreensão das experiências dos grupos e das

relações estabelecidas no processo de usufruto dos recursos ambientais. Apenas houve conversas informais com as pessoas sobre as suas necessidades. Durante o pouco tempo de convivência, pode-se entender uma parte do processo produtivo, onde as relações com o meio são realizadas com um conhecimento empírico que não pode ser desprezado, onde a experiência no trato com a terra obedece a certas práticas ancestrais misturadas com técnicas modernas. Ao mesmo tempo, as relações com o ambiente são respeitadas também por ser o espaço um lugar de preservação imposto.

A análise de conteúdo constituiu a estratégia para tratamento das entrevistas gravadas, utilizando o referencial de MINAYO (1996) e sendo operacionalizada em quatro passos:

- O primeiro passo compreendeu: 1º impressões sobre o material colhido e 2º transcrição das entrevistas gravadas.
- No segundo passo ocorreu a leitura das entrevistas.
- O terceiro passo: 1º leitura detalhada das entrevistas; 2º busca dos fragmentos das falas; 3º distinção das falas significativas, grifando-as e 4º recorte das falas.
- O quarto passo: 1º leitura de cada fragmento recortado e 2º classificação de cada fala dentro das questões norteadoras.

Na caracterização da análise da pesquisa qualitativa foi utilizado o método proposto por LEFÈVRE et al (2000) compondo o “Discurso do Sujeito Coletivo” (DSC). Na proposição desse método busca-se nas várias falas individuais construir um discurso coletivo (para LEFÈVRE o discurso-síntese) que constitua um determinado entendimento de um grupo social (LEFÈVRE, op.cit.).

A partir das entrevistas brutas foram decompostas as idéias centrais (LEFÈVRE, op. cit), depois foram identificadas Idéias Centrais iguais ou equivalentes nos discursos,

começando a compor discursos únicos, ou seja, de falas isoladas construiu-se uma composição.

A compreensão espaço-temporal do Parque (e dele suas relações múltiplas com o meio), levou a empreender uma busca de informações sobre o plano de manejo da unidade nos órgãos competentes da administração da unidade (biblioteca da FATMA).

Para a análise do espaço acumulou-se informação contida em bibliografias, laudos técnicos e informações cartográfica da área do Parque e da área de entorno do mesmo.

As informações cartográficas foram analisadas com o acesso às fotografias aéreas pancromáticas dos anos de 1978 e 1985 da área do Parque na escala aproximada de 1:25.000, vôo realizado pelo Cruzeiro do Sul Levantamentos Aerofotogramétricos de 1977-78-79 (todo o estado), e 1985 somente na área do parque. Que serviu como referencial para uma análise da cobertura vegetal dos locais delimitados para o parque (antes e após a criação).

Foram utilizadas como referência as cartas Topográficas elaboradas pelo IBGE na escala 1:50.000. Folhas: Florianópolis SG-22-Z-D-V-2, Paulo Lopes SG-22-Z-D-V-4, Imbituba SH-22-X-B-IT-2, São Martinho SH-22-X-B-I1-1, São Bonifácio SG-22-Z-D-V-3 e Santo Amaro da Imperatriz SG-22-Z-D-V-1.

Os levantamentos cartográficos existentes são basicamente as cartas topográficas do IBGE na escala de 1:50.000, não há material georeferenciado para a área do parque. A base utilizada foi construída somente para a elaboração deste trabalho utilizando-se do material produzido pelo Gerenciamento Costeiro, os levantamentos da Fatma e Epagri, e o trabalho de PEREIRA (1992).

A elaboração dos mapas foram efetuados a partir das cartas topográficas do IBGE, dos mapas do limite do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro FATMA 1978 - 1:50.000. O recobrimento da vegetação foi construído sobre *overlays* do levantamento aerofotogramétrico de 1978 na escala de 1:25.000 e 1:20.000 de 1985 (último recobrimento naquela área); o principal material na elaboração dos dados sobre o mapa de uso e cobertura da terra é uma imagem de satélite de recorte do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, do Landsat-7, órbita/ponto 220.79, na composição 5, 4, 3 +8 de 2000.

O trabalho realizado pelo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC)¹ serviu como material de base na confecção dos mapas de vegetação, geologia e geomorfologia e no mapa de uso e cobertura da terra.

A escala do material coletado para esse trabalho (1:50.000 e 1:100.000) expressa na verdade um conjunto de informações disponíveis nos mapeamentos em diversas escalas e adaptados aos objetivos de construção cartográfica.

Com a perspectiva de subverter o discurso ambientalista e levando-o a uma visão acadêmica que possibilite a investigação de melhores métodos de intervenção e resolução de problemas ambientais, levando em conta os conflitos sociais originados com a criação de áreas que deveriam melhorar a qualidade de vida das pessoas.

A característica marcadamente indagativa da ciência leva a explorar na problemática ambiental as diferentes alterações ocasionadas no meio físico e social, alterações estas impostas por um “caldeirão” de fatores econômicos e sociais. A imposição econômica converge para o atual modo de produção estruturado pelo capitalismo (de proporção global) e seus múltiplos modelos de atuação em todas as

¹ Lei 7661/88 instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, como parte integrante da Política Nacional para os recursos do mar – PNRM e da Política Nacional do Meio Ambiente. . O PNGC concedeu aos Estados a atribuição de fazê-los nos respectivos planos estaduais de gerenciamento costeiro, em função de suas características naturais e aspectos sócio-econômicos, servindo ainda de referencial para construção do zoneamento do Litoral.

formas de trabalho e da estrutura social, tal imposição social determinada por uma superestrutura econômica reflete a gama de conflitos e contradições próprias do capital.

A discussão ambiental está generalizada, impregnada no consenso mundial, onde muitos se dizem ecologistas e outros asseguram que conhecem a respeito da proteção à natureza.

Mais grave ainda é quando se sabe que esse “novos paradigmas” encontram uma certa facilidade de se afirmar e, muitos vêm colocando o prefixo eco ou título de ambiental em suas pesquisas e em suas disciplinas ou, ainda em seminários, colóquios e congressos que, deste modo, encontram recursos nas agências (e nas agendas) de fomento (GONÇALVES, 1996, p. 8).

É evidente que as dificuldades do relacionamento do homem e ambiente estão atadas a diferentes percepções do que seja natureza. Assim o traço cultural é definidor das relações, contribuindo para a conservação ou a extrapolação dos bens naturais.

Enquanto as decisões político institucionais estão muito além do verdadeiro ecologismo, o meio científico que deveria gerir meios para conservar a natureza aparece como grande vilão, conduzindo pesquisas onde a ética acabou na gaveta do armário.

Então, qual o desenvolvimento da percepção humana positiva com relação à natureza e ao meio ambiente como um todo?

A percepção com certeza evoluiu, como se pode ver mais e mais aumenta o interesse das ciências na conservação dos recursos naturais. Assim, as Unidades de Conservação são amostras evidentes da proteção territorial de ambientes naturais. Essa evolução ainda está longe de ser a ideal, mas já representa passos importantes em direção a um melhor relacionamento homem/natureza.

Mesmo querendo e podendo escolher a pesquisa ambiental como pesquisa científica, costuma-se entrar na mesma pela via do senso comum; normalmente os primeiros passos em direção ao trabalho com a natureza é um ímpeto ambientalista, uma vontade de preservar ou garantir preservação à flora e fauna. Quase sempre se toma posição já definida pelas normas oficiais, entra-se pelas sendas institucionais e jurídicas, tomado por uma *paixão verde*.

Se há a constatação que a análise não pode somente ficar no campo institucional, adentra-se na fascinante discussão teórico-metodológica da criação de novas propostas de desenvolvimento integrando homem/natureza, onde se insere definitivamente o profissional em meio ambiente, enquanto articulador de uma teoria-ação voltada para o trabalho com o meio ambiente.

Na análise do geógrafo deve se estender às novas criações territoriais sobre o espaço, as novas demarcações do espaço social.

Portanto, a categoria espaço -, analisada sob o ponto de vista da problemática ambiental é indispensável e fundamental, pois é preciso pensar as formas de intervenção no continente que diminuam os impactos ambientais tão desastrosos para a *sociedade sustentável* e ao mesmo tempo conscientizar os cidadãos sobre a problemática sócio-ambiental. E nesse sentido é preciso compreender as diferenças de significado das propostas de desenvolvimento ou sociedade sustentável (RODRIGUES, 1993, p. 79).

Na análise do ambiente tem-se buscado uma *visão integrada* em uma tentativa de construir a realidade sobre determinado meio em sua totalidade. Na problemática ambiental interagem elementos naturais e sociais, de diferentes ordens. Não podendo ser compreendida sua complexidade se não com a integração dos diversos campos do saber.

Essa busca pela integração do saber, depara-se com o problema dos conceitos, este muitas vezes, são diferentes na multiplicidade de conhecimentos e refletem a profundidade específica que se atingiu. Assim, os problemas universais

exigem respostas concentradas dos diversos campos científicos, essa busca por respostas gera a crise paradigmática, no entanto esta crise científica comporta mudanças importantes nos salões individualistas do conhecimento. O constante agravamento dos problemas ambientais está proporcionando constantes trocas entre os saberes individualizados, o que promete uma reestruturação (já em andamento) de todo o conhecimento do tão especializado meio científico.

Tem-se como verdadeiro que a realidade do saber científico está inscrito em uma formação ideológica e em processos discursivos pré-determinados. Os princípios epistêmicos para o estudo dos processos materiais que integram um sistema sócio-ambiental devem desprender de uma estratégia conceitual, com efeitos concretos nas práticas sociais do ambientalismo. O sujeito científico, é também o sujeito ideológico, suas práticas de produção de conhecimento estão estreitamente vinculadas com as ideologias.

Um processo contraditório, de avanço ou de retrocesso do saber, é gerado pela problemática ambiental, na ânsia de apreender os processos materiais que permeiam as relações sociedade-natureza. Dali surgem os obstáculos e estímulos para a produção de conhecimento, pelo efeito de interesses sociais geralmente opostos, abrindo possibilidades reais alternativas para a reorganização produtiva da sociedade e o aproveitamento dos recursos.

Procurando construir uma provocação no que se refere à organização espacial nas unidades de conservação, esta dissertação propõe repensar as realidades locais em prol da discussão ambiental e da liberdade de reivindicação de uma população que está à margem das decisões.

O primeiro capítulo deste trabalho, Retratos da Natureza, não poderia deixar de recorrer aos caminhos históricos da concepção de natureza, em *Estruturas* a história da relação homem e natureza se confundem com a determinação de uma ideologia. O

subtítulo *Legitimidade e Território* delimitam melhor o tema do trabalho, dirigindo a atenção para o *território* entendendo que esta construção humana sobre o espaço precisa ser discutida quando da criação de um parque. Enquanto território, o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro predomina sobre diferentes localidades, aqui retratadas como *lugares* com a visão que cada grupo social tem do espaço explorando as ligações com a localidade e o espaço circundante.

Os argumentos, que refletem a proteção aos ambientes e a constituição de uma unidade de conservação, são apresentados em *Proteger e Zelar* com a discussão conceitual retratada no histórico, na legislação, mas principalmente cercada de uma ideologia própria de tempos de um desenvolvimento sustentável, muito em moda e pouco realista.

O espaço da unidade de conservação, discutida neste trabalho, reflete também outros espaços, outras realidades, o capítulo dois que configura o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro apenas impõe limites para a compreensão física de determinado espaço de análise, trabalhando com os levantamentos realizados nos mapeamentos oficiais e nas discussões bibliográficas referenciadas.

Entender a perspectiva da comunidade com relação ao parque, e os conceitos para a compreensão metodológica, estão no capítulo três, com as entrevistas levando em conta principalmente às experiências da população e sua contribuição ao entendimento da vivência das comunidades em áreas dentro e próximas do parque.

CAPÍTULO 1 - O RETRATO DE NATUREZA

1.1 ESTRUTURAS

Ao remontar os capítulos da história do relacionamento homem/natureza é preciso remodelar todo o contexto histórico em cada período, onde o debate homem e natureza apresenta uma discussão unilateral baseado, sobretudo, na razão e na técnica. No olhar ocidental a apropriação do saber na história da humanidade é construída a partir da Grécia. Não que não existisse saber antes da antiguidade Clássica, ou em outro espaço do mundo então conhecido e desconhecido, mas a apropriação do saber pelo poder insere uma racionalidade de conquista e de domínio (DURANT, 2000).

A *Physis* (o todo da realidade física e vivente) e *Nous* (mente, razão) eram inseparáveis nas visões mundiais de Heráclito e Empédocles e de outros pensadores pré-socráticos. É a partir de Sócrates e principalmente em Platão que as distinções fundamentais ocorrem entre mente e corpo, pensamento e ser, metafísicas e físicas (GONÇALVES, 1986).

A concepção de natureza das sociedades tidas como primitivas é de que ela (a natureza) é a mãe que dá abrigo e alimento. A concepção dogmática do mundo, a partir do advento das religiões monoteístas, determina que a Terra foi criada por um Deus-todo-poderoso que ordena para que o homem domine todas as outras formas de vida e tire o proveito que achar necessário (THOMAS, 1996).

A idade média marca o período de segredos, de uma natureza incógnita, divina, indecifrável. Há um respeito à natureza por temer a Deus, afinal tudo foi criado

por ele. A repreensão da razão passa a ser objeto de um projeto de dominação (THOMAS, op.cit.).

No Renascimento durante os séculos XV e XVI eram as perguntas sobre a religião do homem que o emanciparam, e atraíram o humanismo destituindo aos poucos os valores medievais e estabelecendo as idéias de liberdade de pensamento e novas concepções sobre o homem e a natureza (BUTTNER, 1990).

Como o Renascimento se rendeu ao Iluminismo, a preocupação erudita se tornou estritamente especializada. O iluminismo refletia a racionalidade não só como faculdades intelectuais do *homo-sapiens*, mas como base e estrutura para a criação humana sobre uma primeira natureza. A especialização enquanto modalidade produtiva. Os novos Estados Nacionais do século XVIII criaram cadeiras para o conhecimento disciplinado e critérios formais foram definidos, sob os quais poderiam ser circunscritos os domínios da “ciência” e “humanidades”, distinções epistemológicas se encarnariam em separações institucionais. A especialização funcional da vida universitária seria assegurada por estruturas, cuja arquitetura refletiu do Cartesiano (BUTTNER, op cit.).

Depois August Comte (1798-1857), anunciaria o prospecto dele para a ciência positiva e uma sociedade nova baseada em castas de peritos especialmente treinados, em um enredo não muito diferente dos eclesiásticos julgados hostis à humanidade.

O paradigma cartesiano de ciência representou alicerce de concepções de uma natureza pragmática, materializada em significados utilitários e de apropriação, e que influenciou definitivamente o modo de produção que nasce com a Revolução Industrial. A Revolução Industrial seria fundamentada em lucro e na busca de um individualismo. Assim como a Constituição americana afirmaria a crença do esclarecimento de que o bem comum poderia ser garantido por uma maquinaria política

bem construída. No entanto a Racionalidade Cartesiana realmente não pôde responder pela ingenuidade humana, expressando em uma linguagem única o procedimento de culturas diversas. Nem poderia explicar o julgamento humano em questionamentos morais. Também não podem com as faculdades humanas da imaginação e fantasia, que são de alguma maneira “não-racional”, e então inadmissível na conduta da ciência (BUTTNER, 1990).

O paradigma cartesiano de ciência impulsiona as concepções de natureza pautadas em um modo de produção que se tornou dominante na revolução industrial. O homem é o observador, o manipulador, o cientista, o industrial, quem consome; enquanto a natureza é o objeto, aquilo que deve ser utilizado, é utilitário, é o esporte, o risco calculado, o prazer, a fome e a bonança.

A ideologia da classe burguesa e de filósofos como Francis Bacon observavam a natureza do ponto de vista da utilidade para o homem. Karl Marx rompe com essa visão, ao revelar uma natureza de realidade independente do homem, ao mesmo tempo em que é medida pela práxis humana. A natureza somente tem sentido, em Marx, pela ação transformadora do homem com o trabalho, sendo a natureza uma categoria social e histórica ela não pode ser confundida com a sociedade. Marx analisa os objetos da natureza enquanto condições objetivas ou naturais da produção. Para Marx, enquanto estão na natureza os objetos possuem apenas um valor potencial. A transformação se dá com o trabalho humano. A Terra é considerada um instrumento de trabalho. Ela não é só um meio de subsistência onde o homem vive e colhe, mas principalmente onde ele ara, fertiliza, vive e colhe, ou seja, trabalha a terra assim esta terra é um instrumento de trabalho. É somente com a utilização da energia introduzida pelo homem na terra que ela se torna instrumento de trabalho.

Karl Marx acusa a produção capitalista não somente de utilização da força de trabalho como também da exploração destrutiva das forças produtivas da natureza, rompendo os processos complexos da natureza de reprodução da vida.

A sociedade sempre instituiu a idéia de natureza. Portanto a natureza não é natural. A concepção de natureza que se tornou hegemônica no mundo ocidental se define por oposição à de homem, de cultura e de história. Natureza e cultura se excluem (GONÇALVES, 1996). A natureza hoje é percebida como um desafio a ser vencido, como um esporte radical, como algo que nos impõe condições extremas de adversidade, de conduta. Imposição esta que trata o ecológico diferente da definição de homem, em oposição ao nosso desenvolvimento intelectual-material sobre a natureza. A natureza transformada nos oprime, enquanto a natureza não totalmente modificada é um desafio, desafio este, a nosso senso urbano-tecnológico, a nossa espécie individualizada e comprimida em núcleos onde o entorno é superficial atado a uma realização de humanidade futurista; onde o melhor está à frente.

O progresso industrial intensificou a distância entre homem e recursos naturais e gerou o esgotamento em níveis da biosfera nunca antes registrados em escala global. Hoje, vivemos um terceiro movimento na caracterização da produção mundial. A constante busca por tecnologias limpas, biotecnologias e todos os avanços que a ciência conseguiu, e ainda almeja, passam, principalmente, pela procura de recursos naturais renováveis e substituição de produtos poluentes por produtos biodegradáveis. A base de discussão para as mudanças foi a realização em 1972, em Estocolmo, do primeiro encontro oficial da ONU sobre meio ambiente. Na conferência, em que 113 países estavam representados, foi concebido o Plano de Ação Mundial. Durante este evento começou a divulgação das idéias do Desenvolvimento Sustentável. O Desenvolvimento Sustentável é um processo de mudança nos conceitos de desenvolvimento da sociedade, no qual a exploração de recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional são orientados no sentido de preservar os recursos naturais, a fim da sobrevivência das gerações atuais e futuras.

Na conferência de Estocolmo as nações participantes “decidiram” trabalhar para uma supressão das indústrias poluidoras, auxílio aos países em desenvolvimento e contenção dos recursos esgotáveis. O desenvolvimento sustentável surge como uma política de precaução de impactos globais, dando continuidade ao crescimento econômico e discutindo a proteção ao meio ambiente. Ao mesmo tempo em que, acontece o consumo desenfreado da natureza, mesmo porque, a natureza está reduzida a uma condição de recurso, sendo parte devorada nos modelos econômicos, e parte reconstituída a título de redefinição e construção de uma nova racionalidade sustentável, onde a sustentabilidade racional não acontece em comum com uma racionalidade de igualdade social. A interface do discurso do desenvolvimento sustentável se insere pela questão teórica conceitual e pela sua prática direta nas instâncias jurídicas e institucionais (GODARD, 1997).

A expressão desenvolvimento sustentável é ambígua e usual: ambígua por possibilitar diferentes interpretações e entendimento, e usual por estar se caracterizando como retórica coletiva. As posições teóricas do desenvolvimento sustentável estão baseadas em três principais correntes: a do ecodesenvolvimento²; a da economia ecológica que busca um desenvolvimento econômico baseado em modelos desenvolvidos pelas ciências da natureza; e da teoria neoclássica baseada no economicismo, onde se refuta a relação entre crescimento e degradação do meio ambiente (GODARD, op. cit.).

A precaução a problemas mundiais (principalmente quanto à extinção da raça humana) é uma das principais observações de GODARD (op. cit.) para justificar o desenvolvimento sustentável. Mas essa precaução não teria claras especificações científicas delineadas para todas as atividades que incluem riscos.

² “O ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento que, cada ecorregião insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas de longo prazo” (SACHS, 1986, p.18).

Os objetivos práticos do desenvolvimento sustentável são: a eliminação das barreiras entre as disciplinas e tradições de pensamento na ciência; a integração de uma política ambiental a um desenvolvimento econômico; a intencionalidade de perspectivas globais de discussão. Os principais problemas enfrentados na implementação de uma política mundial de desenvolvimento sustentável: as questões pertinentes à temporalidade do desenvolvimento sustentável; as questões institucionais mundiais; e as dificuldades de relacionar espaços locais e mundiais em entendimento de sustentabilidade (GODARD, 1997).

O comprometimento ideológico em que mergulhou o discurso do desenvolvimento sustentável, foi inevitável. O discurso técnico-funcionalista apregoado de que se conseguem resolver todos os problemas ambientais gerados pela sociedade somente traz à tona velhos vícios cartesianos.

A busca de desenvolvimento da sociedade atual está contrastada com a falácia do discurso do atual desenvolvimento, com a frustração do terceiro mundo no próprio conceito de desenvolvimento. Os exemplos dos países industrializados não podem ser seguidos pelos países pobres, estes devem procurar soluções em projetos originais. A miséria e a agressão contra o ambiente são conjuntas a uma produção espantosa de produtos que não são acessados pela maioria das pessoas. Somente um planejamento integrado, onde o ambiente é uma *dimensão* do desenvolvimento assim como os recursos, energia e população é que pode mudar ou inverter o quadro atual (SACHS, 1986).

Tanto nos países industrializados do primeiro mundo quanto nos países do terceiro mundo há progressos materiais para uma minoria e aumento da exclusão social. O fenômeno da mundialização cresce diariamente na evolução ou revolução dos transportes e das comunicações. No momento há o desacoplamento da economia financeira da economia real, produzindo assim mercados fictícios de especulação financeira, levando recursos que poderiam ser utilizados para financiamentos de

projetos produtivos. Há um processo de subdesenvolvimento bastante generalizado, juntamente com um processo de mundialização, cujos impactos econômicos e sociais diferenciados – positivos ou negativos, exigem profunda avaliação (SACHS, 1995).

O progresso técnico-científico levou a uma maior apropriação dos recursos naturais de forma irracional como citam alguns, mas principalmente rápida demais, onde os progressos sociais e culturais não acompanham o desenvolvimento econômico e científico.

Para o planejamento de políticas ambientais esperando conseguir o sonhado desenvolvimento sustentável, dos recursos naturais, é preciso em primeiro lugar repensar o próprio modo de produção, alterando a aquisição de recursos naturais e a produção tecnológica. Em face da mudança de valores sociais calcados na mudança da superestrutura econômica, é preciso *ressaltar* os diferentes meios culturais onde há desenvolvimento sustentável de comunidades alternativas (hoje marginalizadas) com economias alternativas para o desenvolvimento local (SACHS, 1986).

Segundo Milton Santos:

(...) quando se fala do modo de produção, não se trata simplesmente de relações sociais que tomam uma forma material, mas também de seus aspectos imateriais, como o dado político ou ideológico. Todos eles têm uma influência determinante nas localizações e tornam-se assim um fator de produção, uma força produtiva, com os mesmos direitos que qualquer outro fator. (SANTOS, 1979: 17).

Há a necessidade de compreender as relações e interações que se estabelecem entre os processos históricos, econômicos, ecológicos e culturais no desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. Isto leva a pensar nas relações como uma forma de interdependência entre todos os processos sociais e ecológicos que direcionam o potencial produtivo dos recursos, seus níveis de produtividade, assim como as condições de preservação e regeneração dos recursos naturais (LEFF, 1994).

A transformação da natureza em recursos parece inevitável para a ciência, no entanto essa criação de uma “natureza abstrata” (SANTOS, 1998) conduz a um distanciamento do lugar, uma construção do não lugar, da edificação de símbolos modernos que nada significam. Para Milton Santos (1998) estamos rodeados de objetos, mas conhecemos muito pouco o que nos cerca, a natureza que pensamos conhecer é uma natureza construída, criada, inventada. Assim, conscientizar a sociedade dos custos ambientais representa verdadeira dificuldade, pois os meios de comunicação trataram de ideologizar a própria natureza tratando a natureza como um objeto inanimado e distante, que não o próprio homem.

A tarefa da ciência no atual estado de exploração dos recursos naturais é de estruturar o paradigma atual e construir uma nova racionalidade, que diminua os impactos da destruição do ambiente natural, e principalmente, parar a descaracterização de ambientes culturais, isso se constrói no dia a dia na inversão de valores, e no entendimento dos ambientes.

Dentre as proposições deste trabalho, não poderia deixar de investigar a relação do homem com a natureza mais profundamente, afinal, o que são as modernas Unidades de Conservação senão criações humanas que refletem todo um poder tecnocrata diluído a um domínio espacial, domínio da natureza. O posicionamento do homem e sua relação à chamada natureza, são de destituição em primeiro lugar das suas características naturais e a criação de uma segunda natureza artificializada, é a evolução em seu mais perfeito quadro. Tal proposição de evolução reflete o paradigma de uma racionalidade própria do modernismo.

1.2 LEGITIMIDADE E TERRITÓRIO

Abordar as modificações no espaço da comunidade em uma Unidade de Conservação (U.C.), é conceituar e dialogar acerca do território. Pois, é esse território instituído que delimita as ações sociais, condicionando os atores sociais, e transformando a realidade local.

A diferenciação do espaço em âmbito histórico tem início a partir da delimitação do mesmo, isto é: por sua apropriação como território; em parte determinado pela necessidade de domínio e posse dos recursos naturais – para a conquista das condições de sobrevivência – e por outra parte, por sua ocupação física como habitat (HEIDRICH, 1998, p. 10).

O território é constituído em um espaço por relações marcadas pelo poder. Para RAFFESTIN (1993:144) “O espaço é a *prisão original*, o território é a prisão que os homens constroem para si”. As representações e os projetos conduzem à construção sobre o espaço, portanto construção de território.

A estratégia utilizada para o aparecimento de uma nova territorialidade só é concebível a partir de uma dinâmica social, revelada por um código de condutas que é cultural e ideológico. Geralmente imposta por um controle e acesso muito mais sutil que o uso da força (GOMES, 1997).

Assim, as Unidades de Conservação (U.C) são inserções na paisagem de uma demarcação humana, limites, que pressupõe a caracterização de um território. Este território precisa ser cuidado e controlado para certos fins, que nas U.C. se configuram principalmente na proteção da diversidade biológica³ e dos ecossistemas⁴.

³ Diversidade Biológica: é a variedade de genótipos, espécies, populações, ecossistemas e processos ecológicos existentes em uma determinada região. Isto significa a variedade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas (IBAMA, 1997, p.34).

⁴ Ecossistema: um complexo dinâmico de comunidades vegetais, animais e de microorganismos e o seu meio inorgânico, que interagem como uma unidade funcional (IBAMA, op. cit., p.34).

Como componente da organização do espaço, as Unidades de Conservação são articuladas em diferentes categorias de manejo a partir de diferentes finalidades estabelecidas para sua utilização. As U.C são espaços delimitados, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, são legalmente instituídas pelo Poder Público para a proteção da natureza, caracterizam-se por objetivos e limites definidos, sob regime específico de administração ao qual se aplicam adequadas garantias de proteção legal (IBAMA, 1997).

Solucionar os problemas ambientais no Brasil é a função da Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e é claro, de políticas estaduais e municipais de Meio Ambiente. Esses instrumentos de gestão ambiental são procedimentos técnicos e administrativos de sistematização, possibilitando o cumprimento de questões relativas à manutenção das características ambientais de uma área protegida, procurando mediar reconhecimento de medidas e práticas adotadas para com o ambiente.

Somente em julho de 2000 é que foi aprovado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000 (BRASIL, 2001), estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos (BRASIL, op.cit):

I - Unidades de Proteção Integral ou também chamada de Uso Indireto – que não podem ser utilizadas para fins extrativistas ou *modificadas pela ação humana*; o objetivo principal das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei. O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação: Estação Ecológica, Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; Refúgio de Vida Silvestre.

II - Unidades de Uso Sustentável ou de uso Direto – que podem ser utilizadas, a fim de se procurar alternativas para o *desenvolvimento sustentável dos recursos*; o objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; - Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Os Parques Nacionais conforme Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979, no Art. Um, parágrafo 1º estabelece: “Para efeitos deste Regulamento, consideram-se os Parques Nacionais as áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, objeto de preservação permanente, submetidas à condição de inalienabilidade e indisponibilidade no seu todo.” (BRASIL, 1992). A legislação de parque estadual deve seguir os mesmos princípios de parque nacional, ficando sua administração sujeita a órgãos estaduais.

Como categoria de manejo de U.C. os parques devem ser refúgios a áreas naturais, lazer, educação ambiental e aprimoramento dos diversos campos científicos. (IBAMA/GTZ, 1997). Para manter o equilíbrio dessas unidades de conservação faz-se necessário o esclarecimento das populações que vivem dentro dos limites do parque, bem como das populações adjacentes e dos visitantes dos parques.

Os Parques tem como objetivo básico à preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2001).

De posse e domínio público, quando em áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento. A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecida, bem como àquelas previstas em regulamento. As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal (BRASIL, 2001).

A dominação espacial e delimitação das U.C passa a ser a imposição de uma sociedade urbano-industrial para o lazer e para fins científicos a fim de se conservar os aspectos naturais da destruição da própria sociedade que as cria, instituindo novos valores sobre a paisagem, e condicionando esta paisagem a uma intrincada teia de *domínio* e concepções. A problemática ambiental traz à tona a necessidade de discussões acerca da delimitação territorial de ambientes com características relevantes dos aspectos naturais. Assim, são criadas e delimitadas as áreas naturais protegidas (unidades de conservação).

RODRIGUES (1993, p. 80) apresenta um ponto de discussão interessante que reflete questionamentos acerca da verdadeira base ideológica para a criação das Unidades de Conservação:

Prevendo-se "esgotamento" de recursos e destruição da biodiversidade, não se procura alterar as formas de produção de mercadorias, mas sim de "guardar" alguns possíveis "recursos para um mercado futuro". A velocidade de transformação no tempo histórico/social tem como contrapartida à "necessidade" de guardar a própria natureza em espaços segregados (os parques, áreas de preservação, e até em banco de dados). Mas, enquanto isso, a diversidade social está sendo homogeneizada nos processos de globalização dos mercados.

Questões globais afirmam as preocupações de RODRIGUES, afinal não se vislumbra mudanças objetivas quanto ao modo de produção, não há uma política

internacional para inferir mudanças qualitativas no atual estágio de exploração da natureza. No entanto projetos mundiais e locais, tentam, estabelecer modificações quantitativas quanto à interferência na natureza.

O desenvolvimento econômico instituído pela ideologia da exploração exacerbada, que se apropria da natureza tratando-a por recurso, estabelece princípios de criação, delimitação e de constituição de unidades de conservação. Para REFFESTIN (1993) um recurso é o produto de uma relação. Sendo assim não há recursos naturais, somente matérias naturais. Muito mais que um problema qualquer dos conceitos é uma construção histórica e econômica estabelecida na relação do homem com o ambiente e com o capital.

No entanto, é verdade também, que há uma realidade no discurso ecológico, quanto à proteção integral de áreas naturais para evitar a total destituição da natureza. Esse discurso infelizmente desvincula uma prática política mais abrangente e passa a ser um discurso biocêntrico.

O projeto de inserção de uma nova territorialidade pressupõe um conhecimento e uma prática de uma nova interação social, marcada institucionalmente pelo poder. Uma nova representação insere-se no espaço tendo no poder uma alavanca mestra. Para RAFFESTIN (1993: 145) "a imagem ou modelo, ou seja, toda construção da realidade é um instrumento de poder e isso desde as origens do homem".

É a partir de uma *representação* que os agentes sociais vão proceder a uma nova reestruturação dos espaços, construindo novos signos que marquem a territorialidade. Falar de território é falar de limites, com uma história tão vasta quanto a história do homem. Mesmo não sendo traçado, um grupo humano delimita um espaço, a ação humana gera a delimitação.

Enquanto território, as unidades de conservação pressupõem o *domínio* da área pelo Estado, modificando e condicionando espaços sociais anteriores. O território é o limite das práticas, é o espaço de realização e muitas vezes a condição necessária para que elas existam (GOMES, 1989).

Os pressupostos de criação e instalação de unidades de conservação são determinados por diversos agentes sociais, e estes, são impulsionados por condições sociais, políticas e econômicas.

A criação de uma unidade de conservação pode levar a uma condição de conflitos sociais, que se estabelecem entre as instituições delimitadoras e mantedoras das unidades e as comunidades atingidas pela demarcação de áreas protegidas.

O homem afastado do território do parque, por condicionantes legais e institucionais, passa a ser sujeito *externo*. Esses limites eficientes ou não, condicionam relações divergentes entre os órgãos que administram as unidades e as comunidades locais. Os conflitos de implantação de um parque são constantes, e podem (como geralmente são no Brasil) durar anos, décadas, trazendo um número muito maior de problemas a serem resolvidos pela sociedade.

A dialética do senso comum é a do homem saindo da natureza e voltando-se depois contra ela, o domínio pelo progresso, diferente da visão homem integrado à natureza com dinamismos relacionais e respeito às especificidades dos ambientes.

A estruturação do pensamento protetor de áreas naturais é sectária, visa, sobretudo, separar esses espaços protegidos e repassá-los a terceiros que teoricamente manipulariam melhor as condições naturais daquele espaço. Ora, há todos os equívocos em crer que o técnico perfeito e a instituição modelo vão surgir segundo normas pré-estabelecidas impondo uma ordem normativa sobre uma desordem social.

A administração de uma unidade de conservação é contestada hoje porque negligencia a comunidade, estabelece o conflito. A decisão política administrativa é encarada como uma instituição pública e democrática, mas é sectária, estabelece normas de acesso restrito a um grupo de pessoas enquanto outros são privilegiados pela ascensão do lugar de vivência a um espaço protegido que é também de vivência, mas de uma vivência estabelecida, acultural e restrita.

Em nome da proteção aos ecossistemas (proteção que não existe sem o esclarecimento educativo e a participação da comunidade) esquece-se do componente humano. O que existe é o modelo de unidade de conservação *perfeita*, o qual foi importado dos Estados Unidos, seguindo uma valorização natural para o homem urbano *destituído da natureza*, isolado, criando-se um mito de natureza intocada (DIEGUES, 1998).

No Brasil e em Santa Catarina, especificamente, o processo de colonização e de estruturação da ocupação humana, no espaço, segue o descompasso de uma relação que é típica da sociedade ocidental, onde o homem domina a natureza para a sua existência, então é dela senhor (THOMAS, 1996) e a usa para seu prazer e satisfação fisiológicos e econômicos.

1.3 PROTEGER E ZELAR: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – ESPAÇOS PROTEGIDOS

A estratégia epistemológica para a construção de uma racionalidade ambiental não é ideologicamente neutra, ela está atada ao desenvolvimento de uma perspectiva conceitual e ideológica. Assim, toda a estratégia teórica para apreender e atuar sobre os processos ambientais, está vinculada a uma estratégia de prática social (LEFF, 1994).

Se toda verdade científica no terreno do saber está inscrita em formação ideológica e em processos discursivos determinados, os princípios epistemológicos para o estudo dos processos materiais que integram um sistema socioambiental se desprendem de uma estratégia conceitual, que tem efeitos concretos nas práticas sociais do ambientalismo. O sujeito científico é também o sujeito ideológico, suas práticas de produção, de conhecimento estão estreitamente vinculadas com as ideologias teóricas (LEFF, op.cit.).

Idealizadas pela sociedade norte-americana no século passado, as áreas naturais protegidas ou Unidades de Conservação (U.C.), surgiram com a função de preservar e conservar os atributos naturais da interferência direta do homem. A preservação e conservação, são práticas que asseguram a proteção integral dos atributos naturais, mas que são diferenciados conceitualmente: conservar remete à natureza para a utilização sustentável, para esta e outras gerações, já preservar é uma reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (DIEGUES, 1998).

As primeiras unidades de conservação surgiram nos Estados Unidos e buscavam conter o avanço do homem sobre a *vida selvagem (wilderness)*, resultado de uma política expansionista norte americana, á procura de terras para colonizar no oeste do território americano (DIEGUES, op. cit.).

As concepções de conservação nas unidades iniciaram com Gifford Pinchot, apregoando que somente o uso racional dos *recursos naturais* garantiria dentro do modelo econômico vigente, recursos naturais para as gerações futuras, e garantiriam o seguimento do modelo de exploração da natureza. Nota-se a idéia de recurso evidente no discurso, no entanto no século passado as idéias de Pinchot foram importantes contra o desenvolvimento a qualquer custo, e inseridas hoje no discurso do *desenvolvimento sustentável* (DIEGUES, 1998).

Em contraposição às idéias conservacionistas, os preservacionistas norte americanos, influenciados principalmente pela obra de Henry David Thoreau, pregavam a existência de um ser universal, transcendental no interior da natureza (DIEGUES, op. cit.).

As críticas ao modelo de conservação da natureza, são abordadas inicialmente por preservacionistas, pois para estes a criação das áreas naturais protegidas aconteceu em função de uma visão antropocêntrica no benefício das comunidades urbanas, para o lazer e a recreação destes, sem levar em conta à própria natureza e suas características. Outra crítica importante ao modelo de áreas naturais protegidas é o de que elas privilegiavam a paisagem cênica não considerando alguns ecossistemas como manguezais, pântanos, etc (DIEGUES, op. cit.).

Na década de 60, com a ameaça de uma crise mundial de energia e matéria prima e a iminência da degradação generalizada dos ecossistemas, há o advento do movimento ecológico, com uma redescoberta da natureza. O conceito de natureza reafirma-se como natureza virtuosa, mas sem romper com o modelo econômico e com o capital produtivo (CASSETI, 1995). Esses fatores impulsionaram nesse período o surgimento de um grande número de unidades de conservação no Brasil.

Os anos 60 marcam também o advento do ecologismo crítico à sociedade técnico-industrial. Esse ecologismo surgiu, não só como uma crítica ao desenvolvimento econômico e social, mas também à maneira com que se trata a natureza. A dicotomia evidente e a destruição acelerada do planeta em face à industrialização, consumo acelerado, materiais radioativos e a toda espécie de afrontamento com a natureza, é motivo de debates e sérias críticas ao modelo de desenvolvimento e de tratamento da natureza; entram em baila também o modelo de unidades de conservação e seu isolamento.

O debate ambientalista sobre a relação homem e natureza caminham por algumas vias de conceituação. Assim, tanto DIEGUES (1998) quanto VAILLANCOURT (1995) apresentam três principais vias na discussão ecológica:

1. *Ecologia profunda* termo cunhado pelo filósofo norueguês Arne Naess, que escreveu: "a vida humana e não humana têm valores intrínsecos independentes do utilitarismo" (NAESS apud DIEGUES, op. cit., p.44), esse enfoque é biocêntrico, mas possui grande influência espiritualista e de doutrinas orientais. Apregoando que as áreas naturais devem ser preservadas pelos valores próprios independentes do bem que podem fazer aos seres humanos.

As críticas à visão da ecologia profunda, partem principalmente, dos ecologistas sociais e são no sentido de que é impossível ao homem pensar como uma montanha, o homem pensa como homem, advertem para o perigo de um fascismo ecológico.

2. *Ecologia social* – o principal expoente é Murray Bookchin, ativista ambiental norte americano. Criou o termo ecologia social em seu trabalho *Ecology and Revolutionary Thought* (1964), sendo que, vê a degradação ambiental como principal produto do capitalismo. São considerados anarquistas utópicos e diferem da visão marxista. Criticam o estado e as classes sociais existentes e pregam uma

democratização consciente do poder, insistem que o homem deve mostrar um respeito pela natureza. Trata de exemplificar, através das populações tradicionais, subsídios para a relação homem e natureza incorporando aspectos tecnológicos como auxiliares no desenrolar da relação.

3. *Eco-socialismo/marxismo* – tem suas origens na crítica do marxismo clássico na concepção do mundo natural, enquanto para os marxistas a natureza é estática e transformada apenas pelo trabalho humano, a análise ecomarxista incorpora as forças produtivas da natureza como essenciais também à análise da sociedade não somente pré-capitalista como também a capitalista. (DIEGUES, 1998).

Assim, a discussão ambiental é uma discussão humana, com as lentes e o conhecimento humano. O antropocentrismo é a condição primordial do contato do homem com o mundo. É a senda que conduz a verdades, e a maneira com que se constrói o mundo. O homem é escravo dessa lente antropocêntrica, sem a qual não veria nada. Os homens não têm acesso ao mundo tal qual ele é sem as lentes da humanidade. Percebe não aquilo que realmente é, mas aquilo que vê através das lentes (RODRIGUES, 1989).

O mito moderno é biocêntrico, onde a preservação da biodiversidade aparece como centro primordial, admitido por setores importantes do ambientalismo mundial, no qual a natureza deverá ser conservada e preservada separando-a do homem e criando *refúgios intocados*, os paraísos perdidos da sociedade urbana/industrial (DIEGUES, 1998).

Em contrapartida ao "*mito moderno da natureza intocada*" (DIEGUES, op.cit.) nas áreas naturais protegidas e ao utilitarismo da natureza em volta dela, foram deixados de lado os mitos bioantropomórficos, ou seja, as relações do homem com o mundo natural, principalmente das tribos indígenas e das populações tradicionais.

O mito moderno (neomito) e o mito bioantropomórfico coexistem no mesmo tempo e muitas vezes no mesmo espaço, criando conflitos evidentes e acarretando o fim das populações tradicionais, sujeitas à imposição de ideologias e práticas da sociedade pós-moderna. Cada vez mais a relação bioantropomórfica cede para as novas acepções contemporâneas.

Existem múltiplas formas e entendimentos da natureza para as culturas tradicionais, mas todas se relacionam diretamente com o ambiente de maneira que as relações transpassam pela organização social, formada por valores e crenças muitas vezes embasada na natureza do ambiente (DIEGUES, 1998).

O confronto entre o saber científico (representado pelas entidades criadoras, que administram as U.C, organizações e teóricos da pesquisa científica) e o saber tradicional é evidente e desde sempre previsível em seu final.

SACHS (1995) nos apresenta uma nova estruturação no contrato social, onde antes havia os explorados, agora há os excluídos, que agonizam. Ao mesmo tempo acontece o consumo desenfreado da natureza, mesmo porque, até a natureza está reduzida a uma condição de recurso, sendo parte devorada nos modelos econômicos, e parte reconstituída a título de redefinição e construção de uma nova racionalidade sustentável, onde a sustentabilidade racional não acontece em comum com uma racionalidade de igualdade social.

A difusão da tecnologia com suas conseqüências sejam positivas ou negativas, traz de fato um processo contraditório: faz desaparecer, mais ou menos rapidamente, bom número dos problemas energéticos diários do homem. No entanto, os problemas que se pensava poder resolver de maneira válida, há pouco tempo, hoje não há possibilidade de enquadrar as soluções (LEFF, 2001).

Precisam ser avaliadas, novas proposições econômicas que diversifiquem a economia local. Se por um lado temos o pressuposto da criação de unidades de conservação pautadas em objetivos *nobres* de proteção ao ambiente, o que dizer da proteção às comunidades que sobrevivem há uma centena de anos nesses ambientes? Nem sempre essas comunidades possuem as práticas agrícolas que respeitam devidamente o ambiente, mas podem ter sua valoração do meio modificada, buscando novos posicionamentos com relação aos lugares dentro do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, desde que para isso, se aplique compensações e substitutos que desestimulem a exploração ilegal dos recursos naturais da área (BRITTO, 2000).

No atual processo de estruturação de novos territórios, as áreas de uso comum quase deixaram de existir. Há experiências de gestão comunitária, conhecida como *comuns* que existem em espaços marginais para o uso agrícola e urbano-industrial. Sobrevivem de recursos naturais renováveis, tendo uma tênue linha com o mercado externo (ADAMS, 2000). Na maioria das vezes, o que produzem é para a subsistência, possuindo uma extensa teia de relações tanto familiares, quanto de compadrio e de ajuda mútua comunitária, com regras específicas e valores sociais que privilegiam as relações entre o grupo. (DIEGUES, 1994).

Apesar de aparecer cada vez mais à importância dos usos comunitários, há uma grande pressão por parte de projetos privados e de determinações públicas que atingem não só o estilo de vida comunitário como a própria sobrevivência dos territórios de uso comum.

Constata-se que as experiências demonstradas pelos comunitários são exemplos de desenvolvimento sustentável. Muitas das populações estão inseridas em ecossistemas sensíveis, e são importantes para a manutenção da sociobiodiversidade (DIEGUES, op. cit.).

Há um crescente interesse imobiliário em áreas onde vivem as populações tradicionais, um avanço da fronteira urbano-industrial e também a criação de áreas protegidas de uso indireto, que acarretam o confronto com as populações.

A obstrução das práticas tradicionais de produção é também um condicionante do regime urbano de legalização de espaços rurais para práticas *ecologicamente corretas* para preservação e conservação dos ambientes naturais ainda pouco explorados, pelo urbano.

No estado de Santa Catarina, mais propriamente ao longo do litoral na área do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, muitas comunidades apresentam-se no exercício da pequena produção agrícola, ou ainda da pesca artesanal. A legitimidade da concepção de áreas naturais protegidas que aparece na legislação vigente rebate no descontentamento das comunidades atingidas, mais ainda, compromete o modo de vida existente nas pequenas comunidades agrícolas, pesqueiras e mesmo extrativistas.

É inegável que as comunidades agrícolas tiveram influência na modificação da paisagem natural do estado, onde a floresta foi retirada e surgiram os campos de plantio e pastoreio. A confrontação histórica demonstrada por DEAN (1996) entre os colonizadores e a floresta tornou-se inevitável, mas eles não foram os únicos nem os primeiros responsáveis pelas mudanças da paisagem nos últimos séculos.

É possível em áreas do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro estabelecer, com objetivos voltados à manutenção da cultura local, proteção à flora e fauna e onde se possa experienciar processos integrados de manejo e ordenamento qualitativo do espaço.

A polaridade semântica entre o natural (selvagem) e o artificial (humano), estão profundamente arraigadas nas concepções da ecologia ocidental, onde a característica holística do conceito de paisagem não é facilmente aceita. Em ecologia

da paisagem está posto, não o ecossistema ou mesmo uma *paisagem natural*, mas uma *paisagem cultural* (CAPRA, 1982).

A necessidade de pesquisar sobre a questão da biodiversidade natural e a diversidade cultural é intensa, e estão abertas novas perspectivas de uma mudança epistemológica. As escalas espaciais e temporais e os diferentes níveis de organização biológica: a ecologia da paisagem; a inter e a transdisciplinaridade e os novos paradigmas na conservação biológica como a revisão do modelo de Parques Naturais, com abordagens que consideram o homem parte do ecossistema natural, como o Programa de Reservas da Biosfera –UNESCO e o modelo de Unidades de Conservação de Reserva Extrativista, permitindo o trabalho junto a áreas com o desenvolvimento rural integrado e o planejamento geoambiental.

Enquanto se discute comunidades e ambientalistas, os primeiros pela posse e os outros pelo poder de *representação* das Unidades de Conservação, esquece-se que o imperativo urbano do consumo por matérias primas e da indústria do lazer (que dia a dia consome a natureza com refrão de liberdade e preservação) revoga a categoria social das comunidades que vivem dentro ou à margem dos parques.

Muito mais que discernir quanto a fatores internos da lógica da paisagem para a instalação de um Parque, é necessário o aprofundamento nas práticas sociais deste território, suas bases de criação, que propiciam a recusa e exclusão do homem. Mesmo que hoje se exclua a comunidade local, e em contra partida se atenda a lógica desenvolvimentista de um ecoturismo que inclui novamente o homem (que possa pagar).

As comunidades não têm acesso às informações sobre a importância das áreas protegidas e aos benefícios que elas geram. Ainda assim o manejo de uma unidade de conservação diz respeito quase sempre às atividades realizadas dentro dos limites da unidade na proteção à biodiversidade e para cumprir seus objetivos,

comprovadamente as ameaças ao parque geralmente são construídas nos bastidores, fora dos limites da unidade.

Reconhecer as áreas de entorno, é apenas parte do processo de entendimento de uma unidade. A compreensão regional talvez seja o traço mais importante (mais ainda quando se trata de um parque das dimensões do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro). Assim é essencial o envolvimento das comunidades no processo de gestão de uma unidade, não somente enquanto mera espectadora das ações, mas como tomadora de decisões. Há a necessidade de um processo participativo de gestão.

As necessidades e deficiências, e as expectativas que tem a comunidade devem ser supridas por uma atuação institucional que integre a comunidade. Talvez o verdadeiro sentido da administração de uma unidade seja a caracterização de parceria, a comunidade não precisa somente de esclarecimento e educação ambiental, ela precisa muitas vezes de novas posições, de novos valores com relação ao meio, sem com isso descaracterizar o seu modo de vida.

Um processo interessante de administração, tem sido aquele proporcionado pelo IBAMA, onde os chefes das unidades moram dentro da área protegida, criando de certa forma um envolvimento com as comunidades. Ainda assim funcionários de um órgão de defesa do meio ambiente ou de gestão de uma U.C são sempre vistos como policiais com uma postura de repressão, evidentemente pela sua prática de fiscalização.

Vários dos mais importantes documentos escritos nos últimos anos sobre os problemas ambientais mundiais referem-se a uma mudança de abordagem no conceito de área protegida. Alguns documentos comprovam a necessidade da participação das comunidades no envolvimento com as unidades de conservação. O documento "Cuidar da Terra. Estratégias para o futuro da vida" (IUCN/PNUMA/WWF, 1991), chama a

atenção para a importância de envolver os cidadãos na articulação e na discussão de uma revisão na política nacional de áreas protegidas com a participação das comunidades locais no projeto de uma U.C. Também o documento A Estratégia Global para a Biodiversidade (BRITTO, 2000) afirma que para se proteger as áreas naturais delimitadas são necessários acordos com as comunidades observando as necessidades sociais e econômicas.

O estado, e principalmente, os órgãos de administração das unidades de conservação, devem estruturar formas compensatórias para a população local, seja aquela que vive dentro da unidade ou a que vive na área de entorno, não é possível criar uma unidade de conservação sem discutir as perdas econômicas que as comunidades têm com a criação da unidade. Em análise de projetos de criação de unidades de conservação fica clara a criação das unidades para a proteção à biodiversidade dos ambientes, mas não será o homem que vive nesse ambiente também importante na manutenção dessa biodiversidade?

Capítulo 2 – CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

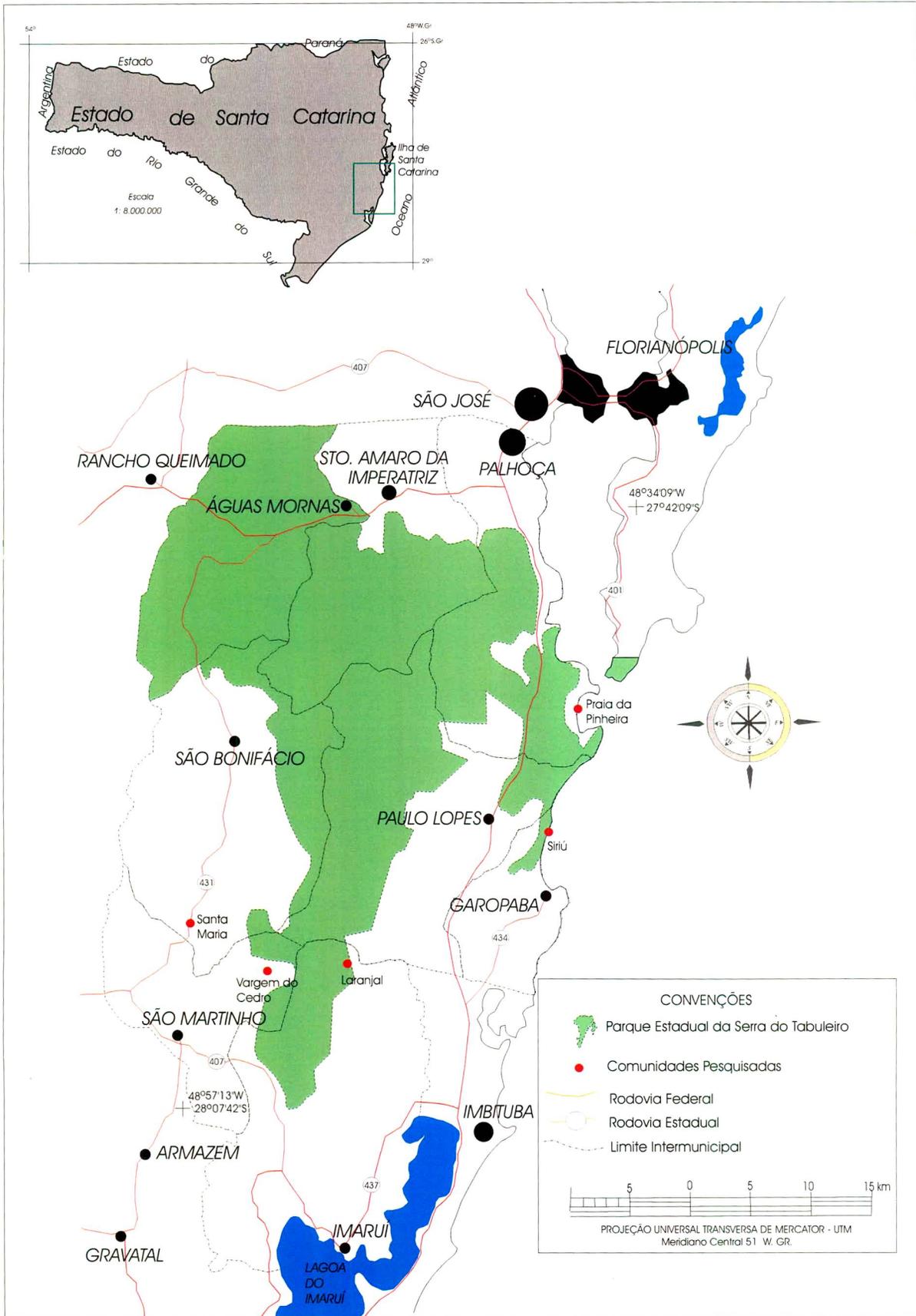
2.1 LOCALIZAÇÃO

O homem urbano reconhece e confia na caracterização das unidades de conservação, pois aquilo que ele vê, está condicionado a uma carga explícita de argumentações biocêntricas que está se acumulando nas últimas quatro décadas (BRITTO, 2000). Entretanto o urbano desconhece muitas vezes as paradas, os lugares, não tem afinidade com a terra e a produção, não tem afinidade com o cemitério encravado no morro, a igreja centenária, as casas construídas com sacrifício de gerações. Não entende a teimosia dos moradores que querem ficar no lugar onde nasceram e vivem (YAZIGI, 2001).

Assim em Santa Catarina, também o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro tem problemas na gestão da unidade. Criado em 01 de novembro de 1975 (Diário Oficial nº10.359 de 07/11/75), pelo governo do Estado de Santa Catarina com o principal objetivo institucional de conservar a Mata Atlântica em seus diversos ecossistemas, para isso conta com uma área de 92.689,04 hectares, que passou por ampliação e desanexação dependendo de interesses e de conformações (Decreto de ampliação nº 2.335 de 17/03/77, publicado no Diário Oficial nº 10.699 de 23/03/77; Decreto de desanexação de áreas nº 8.857 de 11/09/79, Diário Oficial nº 11.312 de 13/09/1979). (FIGURA 1)

O Parque compreende parte dos municípios de Águas Mornas, Florianópolis, Garopaba, Imaruí, Palhoça, Paulo Lopes, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio e São Martinho. Localiza-se entre as coordenadas geográficas 27° 42'09 "a 28° 07'42" de latitude sul, e a 48° 34'09 "a 48° 57'13" de longitude oeste (coordenadas UTM 660000 e 78000m E e 6840000 e 6960000m N) (EPAGRI, 1997). (FIGURA 2 e 3)

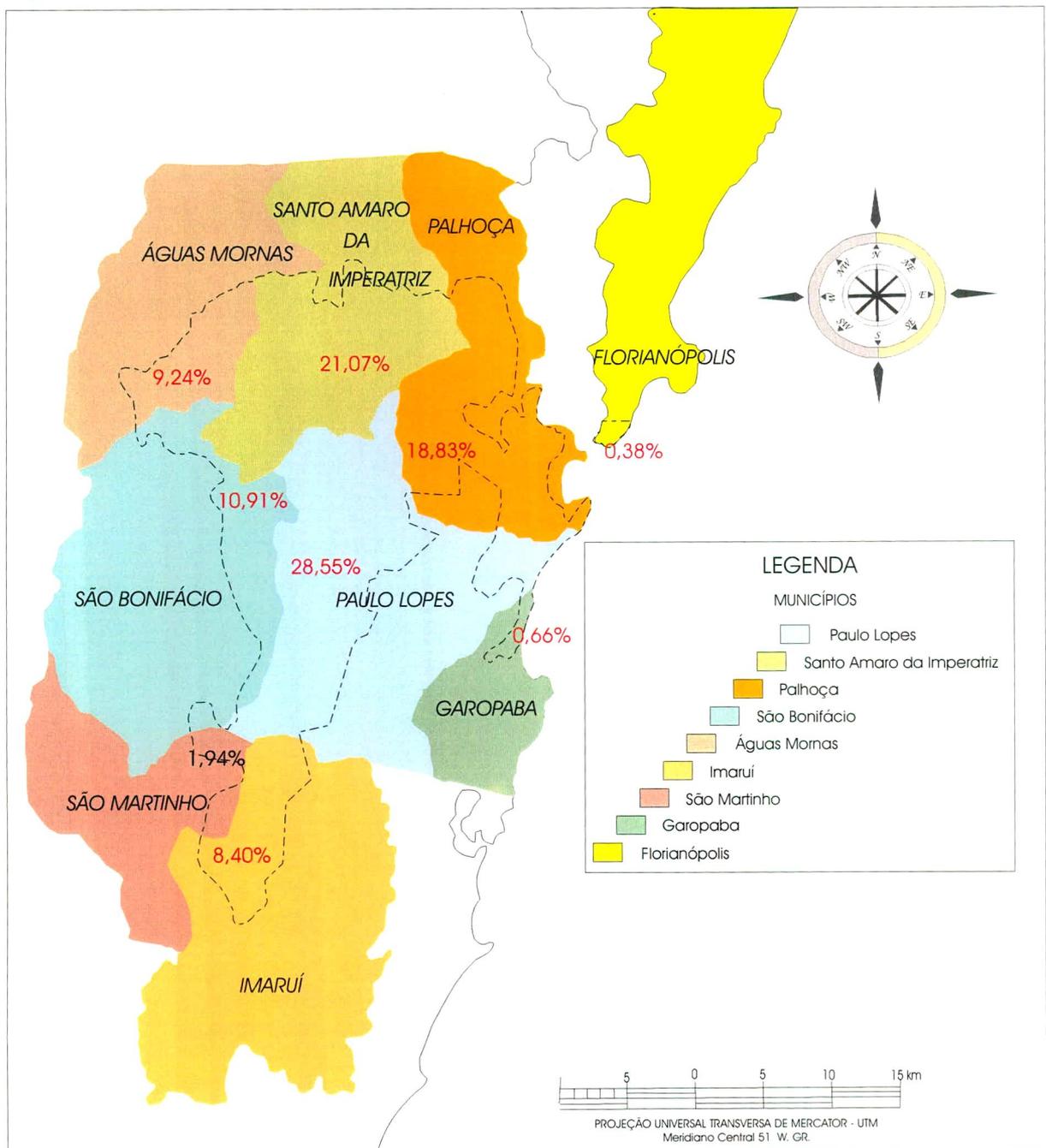
Figura 1: Mapa de Localização Parque Estadual da Serra do Tabuleiro



Fonte: SANTA CATARINA. Mapa Político do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e de Integração ao Mercosul. Diretoria de Geografia e Estatística, 1997. 1 mapa, color., 117cm x 133cm. Escala 1:500.000.

Organização e arte: Geógrafo Orlando Echei Ferretti

Figura 2: PERCENTUAL DOS MUNICÍPIOS NA ÁREA TOTAL DO PARQUE

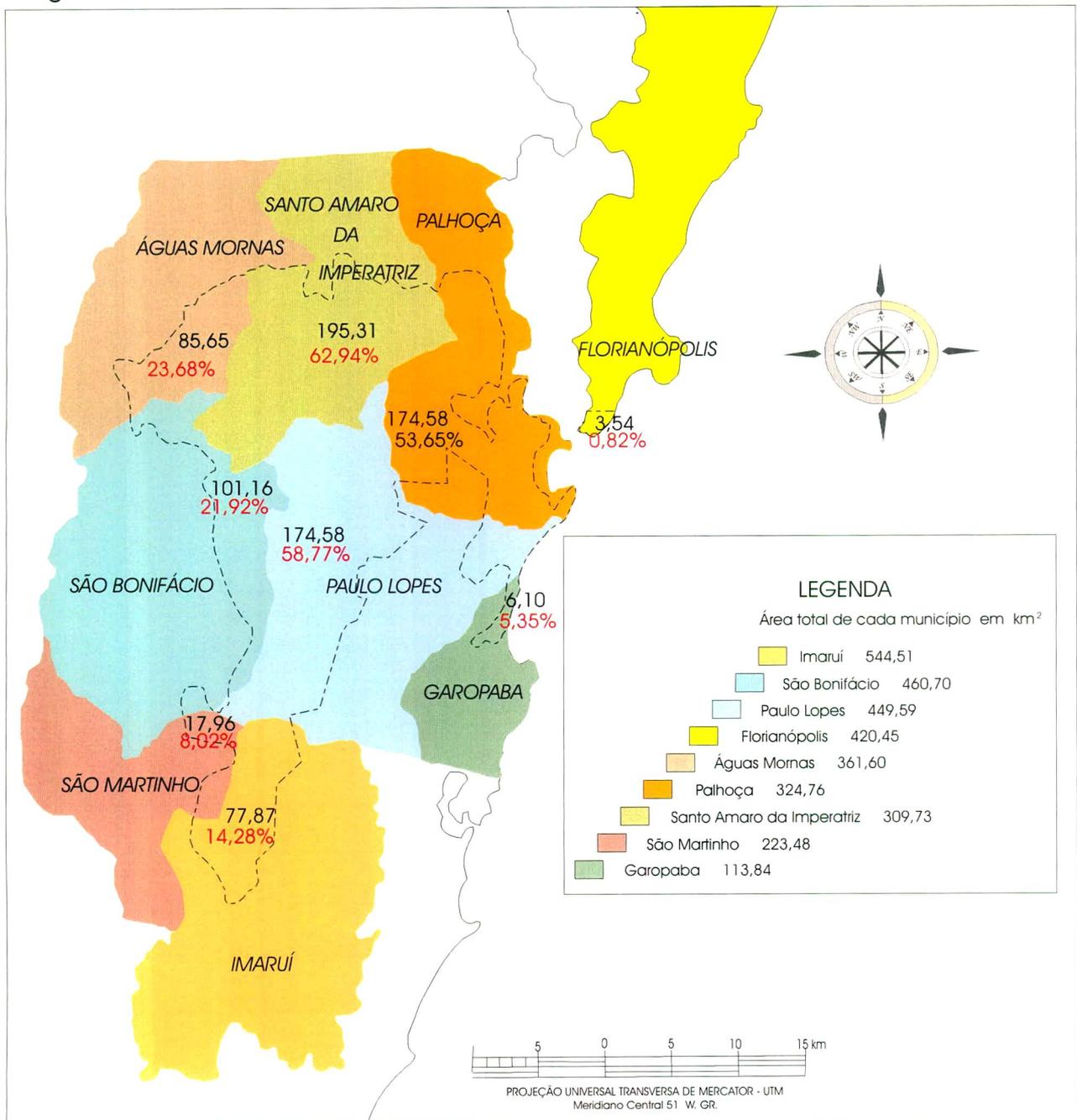


Fonte dos dados: EPAGRI. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. Relatório de Mapeamento do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Projeto Microbacias/BIRD. Florianópolis: 1997.

Elaboração e edição: Geo. Orlando Ednei Ferretti

Fonte: SANTA CATARINA. Mapa Político do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e de Integração ao Mercosul. Diretoria de Geografia e Estatística, 1997. 1 mapa, color., 117cm x 133cm. Escala 1:500.000.

Figura 3: ÁREA DE CADA MUNICÍPIO DENTRO DO PARQUE EM KM² E PERCENTUAL



Fonte dos dados: EPAGRI. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. Relatório de Mapeamento do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Projeto Microbacias/BIRD. Florianópolis: 1997.

Elaboração e edição: Geo. Orlando Ednei Ferretti

Fonte: SANTA CATARINA. Mapa Político do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e de Integração ao Mercosul. Diretoria de Geografia e Estatística, 1997. 1 mapa, color., 117cm x 133cm. Escala 1:500.000.

Há em volta do perímetro do parque, uma Área de Preservação Especial de 500 metros de entorno do limite do parque, com aproximadamente 17.938,34 hectares ou 179.383 km². Essa área de Preservação Especial também chamada de área Tampão existe para minimizar as atividades no entorno da unidade. (MAPA 1, ANEXO).

Por possuir uma grande área territorial, o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro envolve distintas áreas físicas, transpassando diferentes ecossistemas e diferentes contextos culturais.

As condições climáticas, comuns na área do parque, apresentam clima mesotérmico úmido com verão quente com temperaturas médias que variam de 18 a 20,5° C (CARDOSO, et al., 1985). As geadas durante o inverno podem atingir além do alto das serras as baixadas litorâneas devido às invasões de massas polares. O índice pluviométrico mensal varia entre 70 e 260mm com maior intensidade de janeiro a março e menor de maio a julho. O índice pluviométrico anual é superior a 1.000mm (CARDOSO et al., op. cit.; EPAGRI 1997).

A vertente Atlântica da Serra do Tabuleiro apresenta grande declividade onde a morfologia da área do parque é constituída de áreas montanhosas que são formadas pelos conjuntos de serras cristalinas. A Serra do Cambirela é formada pelo avanço da Serra do Tabuleiro em direção ao Oceano Atlântico, com picos rochosos com altitude máxima de 1.288m. Na planície costeira há sedimentação ao longo dos rios, e faixas litorâneas de acumulações marinhas, próximas às localidades de Rincão, Morretes e Guarda do Embaú no município de Palhoça, e na praia do Siriú em Garopaba. A Serra de Morretes também a leste do parque começa no sopé da serra cristalina ao sul da Serra do Cambirela na direção NW-SE e termina nas proximidades da localidade dos Morretes, com altitude entre 500 e 800m. (MAPA 1, ANEXO).

Seguindo em direção oeste pela BR 282, que corta o estado no sentido leste-oeste do litoral para o interior, encontra-se o contraforte da Serra do Tabuleiro riscado

por rios, que aqui bem visíveis vão formar a bacia do Rio Cubatão. É desta panorâmica que é possível identificar todo o esplendor da Serra do Tabuleiro que dá nome ao parque (MAPA 1, ANEXO). A altitude varia de 1.000 a 1.250m, com os dois pontos mais elevados mais ao sul da Serra sendo a nascente do Rio dos Porcos. É nas maiores altitudes que o clima apresenta características de mesotérmico úmido com verão brando e onde as geadas são mais freqüentes no inverno.

É também seguindo pela BR 282, que se chega aos municípios de Santo Amaro da Imperatriz e depois Águas Mornas, ambos, tendo parte de suas terras nos limites do parque. Onde a colonização principalmente de origem alemã se instalou no vale do Rio Cubatão que nasce a 900m de altitude na encosta noroeste da Serra do Tabuleiro e banha as localidades de Barra do Rio dos Bugres e Teresópolis (atual Queçaba), desembocando no mar na localidade de Aririú no município de Palhoça. (MAPA 1, ANEXO).

Na vertente leste do parque estão presentes os rios: Mata-Fome, que nasce no Morro da Guarda da Canela, na vertente oriental da Serra do Cambirela a 400 m de altitude e tem sua foz na praia do Pontal, na baía Sul, município de Palhoça; o Rio do Veríssimo que nasce a 420m de altitude na Serra da Cambirela e tem sua foz na Enseada do Brito, município de Palhoça; o Rio Massiambu que forma com seus afluentes a bacia do Massiambu, com 137 km² apresentando formas meândricas e depósitos de aluviões no seu leito desemboca ao norte na Ponta do Capim, no Passo do Massiambu. É formado por dois principais braços: o Rio Massiambu Grande, com nascente a 1.150m de altitude na escarpa granítica da Serra do Cambirela e o rio Massiambu Pequeno, que nasce a 980m de altitude na mesma serra. A drenagem formada pelos rios da Madre, Paulo Lopes e seus afluentes, constituem a Bacia da Madre, com 375km², destes 238 km² estão na área do parque. Os principais afluentes do rio da Madre são: rio Cachoeira do Norte, rio Furado, rio Cachoeira do Sul, rio das Cachoeiras (MAPA 1, ANEXO).

Os mananciais que existem dentro dos limites do parque garantem o equilíbrio hidrológico de lagoas e manguezais (MAPA 2, ANEXO 1), assim como proporcionam o abastecimento público da região metropolitana de Florianópolis e de uma parte do Sul do Estado de Santa Catarina (CARDOSO et al. 1985; PEREIRA 1992; EPAGRI 1997).

Na parte sul do parque nasce um rio muito importante, o Rio D'una, a 940m de altitude com o nome de rio Espreado, e corre na direção NW-SE, tem sua foz na lagoa do Mirim já fora do parque. Tem como afluentes importantes, no parque, o rio Chicão e o rio Forquilha. Representa importância crucial na economia do sul do estado, principalmente por ser um dos rios que abastecem a lagoa onde pescadores artesanais sobrevivem da pesca do camarão.

2.2 MAPA DE COBERTURA E USO DA TERRA

A confecção do mapa de cobertura e uso da terra (MAPA 1, ANEXO) possibilitou o entendimento das questões físico-bióticas sob ação humana, a representação desse trabalho de organização do espaço auxiliou na compreensão do espaço do parque, seja nas intervenções ao longo dos anos na unidade, seja na proposição de um cenário futuro que propicie um planejamento do espaço.

O mapa de cobertura e uso da terra possui uma classificação que inclui a área total da unidade de conservação, como também da área de proteção especial, conhecida como área tampão.

Quanto a ambientes com cobertura florestal:

- Floresta primária e vegetação secundária nos estágios mais desenvolvidos;

- Vegetação secundária nos primeiros estágios de desenvolvimento com o aparecimento de vegetação secundária nos estágios mais desenvolvidos;
- Campo de altitude;
- Vegetação flúvio-lacustre;
- Restinga;
- Manguezal;
- Restinga e dunas.

Quanto a ambientes transformados pelo trabalho humano:

- Reflorestamento de exóticas (pinus e eucalipto);
- Áreas de pastagem;
- Lavoura temporária mais áreas de pastagem;
- Áreas de pastagem com vegetação secundária nos primeiros estágios de desenvolvimento;
- Áreas de pastagem com vegetação secundária nos primeiros estágios de desenvolvimento e áreas de lavoura temporária;
- Área em processo de urbanização;
- Área de mineração.

2.2.1 FLORESTA PRIMÁRIA E VEGETAÇÃO SECUNDÁRIA NOS ESTÁGIOS MAIS DESENVOLVIDOS

Esta classe de cobertura e uso da terra apresenta aproximadamente 78% da área total do Parque e na zona tampão (MAPA 1, ANEXO).

A Floresta Primária representada no mapa de uso e cobertura da terra, apesar das alterações, ainda mantém características estruturais, fisionômicas e florísticas da Floresta Ombrófila Densa (MAPA 2, ANEXO). Apresenta três estratos bem

diferenciados. O estrato arbóreo alcança até 26 m de altura e ainda podem ser encontradas árvores de grandes diâmetros, que se aproximam dos 2 m. Há a presença de xaxins e de verdadeiros maciços de bambu. As espécies típicas do dossel são o cedro, a laranjeira-do-mato, a figueira-branca, o pau-sangue, e a maçaranduba. As espécies do estrato intermediário são a pimenteira, os guamirins, o bacupari, jaguapiroca e o xaxim-com-espinho. No terceiro estrato, ocorrem a erva-d'anta e o véu-de-noiva (IBGE, 1992).

Na Vegetação Secundária em estágios mais avançados (capoeirão) encontra-se maior densidade de copas com uma pequena estratificação arbórea, sendo assim úmido e escuro. Formam uma cobertura densa que conserva a umidade da serapilheira e acelera os processos de decomposição. Já ocorrem algumas epífitas, principalmente bromeliáceas e orquídeas e também xaxins. Espécies da fase anterior, como jacatirão, capororoca e embaúba ainda são bastante densas e freqüentes. (IBGE, 1992).

A Floresta Ombrófila Densa Montana (MAPA 2, ANEXO) é observada ao longo das encostas da Serra do Tabuleiro, na reserva de Pilões e nas nascentes do rio dos Porcos. É uma vegetação mais homogênea, com pequeno número de espécies lenhosas. Os gêneros mais freqüentes são o *Lamanonia*, *Drimys*, *Illex*, *Eugenia*, *Siphoneugena*, *Myrciaria*, *Erythroxylum*, *Rapanea*, *Weinmania*, *Clethra*, *Panicum*, *Bacharis*, e ainda ocorrem espécies típicas da floresta submontana, como a queimacasa e palmeiras como o palmito e a guaricana (*Geonoma* sp)

⇒ À medida que aumenta a altitude, as árvores tornam-se menos desenvolvidas e tortuosas, com maior densidade de indivíduos/área, formando um dossel muito denso e compacto. Os diâmetros das árvores também vão tornando-se menores e os diferentes estratos tendem a desaparecer, ficando cada vez menos definidos. Próximo dos cumes algumas espécies arbóreas, adaptadas a este ambiente,

passam a apresentar porte arbustivo, com cerca de 1,5 m de altura, formando um único estrato arbóreo de constituição homogênea. Os troncos com pequenos diâmetros são recobertos por líquens e por poucas epífitas, mas com a presença constante da orquídea *Sophronites coccinea*, típica deste ambiente nebuloso. Também é comum a presença de bromélias.

A Floresta Ombrófila Mista Montana (MAPA 2, ANEXO) recobre uma pequena superfície na vertente oeste da Serra do Capivari. A Serra do Capivari (MAPA 1, ANEXO) localizada ao sul da Serra do Tabuleiro, forma o divisor de águas entre as bacias do Capivari (a oeste), e Madre e D'Una (a leste). Com suas encostas menos declivosas, e sem a presença de matacões, conta com uma superfície cimeira nivelada entre 800 a 1.000 m de altitude.

O Rio Capivari situado na parte oeste do parque, acompanha a direção de uma grande linha de falha. Tem sua nascente a 970m de altitude e tem sua foz no rio Tubarão após um percurso aproximado de 120km. Seus afluentes o Rio Möller nasce a 1.100m de altitude, no topo da Serra do Tabuleiro; o Rio Bloemer nasce a 920m de altitude tem sua foz ao norte do município de São Bonifácio depois de percorrer 1,5 km. O Rio Serraria nasce a 1.100m de altitude, ao sul da Serra do Tabuleiro, seu principal afluente é o rio Atafona (MAGNANINI et.al, 1976).

O Rio do Ponche é o principal afluente do Capivari, nasce a 1.050m de altitude, correndo suas águas na direção norte para sul paralelamente ao rio Capivari, desviando seu curso para oeste, e tendo sua foz no rio Capivari na localidade de Santa Maria.

A Floresta Ombrófila Mista Montana (MAPA 2, ANEXO 1) aparece a 400 m até mais ou menos 1.000 m de altitude, caracterizada principalmente pelas árvores da mata pluvial da encosta atlântica e pelas matinhas de altitude, estabelece-se também a Araucária angustifolia nos terrenos menos acidentados, compactos e com drenagem. O

restante da vegetação da área apresenta porte mediano e sub-mata pouco desenvolvida, onde se encontram os gêneros *Ocotea pulchella* (canela-lajeana), acompanhada por *Cryptocarya aschersoniana* (canela-fogo) e *Nectandra grandiflora* (canela-fedida).

Na Serra do Cambirela (MAPA 1, ANEXO) está presente a vegetação de Floresta Ombrófila Densa Montana, apesar de constantes incêndios terem reduzido em muito as espécies predominantes nesta vegetação e o morro do Cambirela estar muito mais caracterizado com campos ao longo de suas encostas, causando ravinas e uma série de deslizamentos.

O Rio das Águas Claras que tem sua nascente ao norte da Serra do Tabuleiro (MAPA 1, ANEXO), a 1.170m de altitude passa pela estância termal de Caldas da Imperatriz onde o avanço turístico parece não ter (ao menos para as instituições) o mesmo efeito "prejudicial" da produção agrícola de outros pontos do parque.

Outros rios que nascem na Serra do Tabuleiro são o Rio Vermelho que nasce na vertente noroeste ocidental, a 1.100m de altitude e desemboca no rio Cubatão acima da localidade de Vargem Grande; o Rio das Antas que nasce na mesma encosta onde nasce o rio Vermelho a 200m de altitude; e o Rio dos Porcos que tem sua foz no rio Cubatão.

2.2.2 VEGETAÇÃO SECUNDÁRIA NOS PRIMEIROS ESTÁGIOS DE DESENVOLVIMENTO COM O APARECIMENTO DE VEGETAÇÃO SECUNDÁRIA NOS ESTÁGIOS MAIS DESENVOLVIDOS

Vegetação secundária nos primeiros estágios de desenvolvimento com o aparecimento de vegetação secundária nos estágios mais desenvolvidos (capoeirinha e capoeira) são uma fase anterior ao capoeirão, ocupam uma superfície de 4,13% da

superfície total do Parque (MAPA 1, ANEXO), com grande número e densidade de indivíduos arbóreos e uma altura média de 10 m e diâmetro em torno de 12 cm, apresenta um estrato herbáceo-arbustivo bastante fechado, formado por gramíneas, samambaias e trepadeiras com espinhos, comuns em ambientes com intensa luminosidade e baixa umidade. As espécies arbóreas dominantes são a capororoca, o jacatirão, e o jacatirão-de-copada. (IBGE, 1992).

Nas matas situadas nas planícies quaternárias (Floresta Ombrófila Densa de Planície) que se estendem da Guarda do Embaú até a BR- 101 entre o rio Massiambu, rio da Madre e a Lagoa do Ribeirão (MAPA 2, ANEXO), desenvolveu-se uma vegetação arbórea bastante densa e uniforme, atualmente reduzida a pequenos núcleos remanescentes. Os principais gêneros presentes são o Myrcia, Arecastrum, Ficus, Tabebuia, Pouteria, Inga, Coussapoa, Talauma, Posoqueria, entre outros. (MAGNANINI et. al, 1976; EPAGRI, 1997).

A Floresta Ombrófila Densa Submontana (MAPA 2, ANEXO) aparece em toda a unidade e cobre principalmente as encostas onde as declividades são menores, permitindo o estabelecimento de árvores altas e frondosas. Os gêneros mais freqüentes são o Ocotea, Vantanea, Alchornea, Aspidosperma, Tapirira, Talauma, Sloanea, Cinnamomum, Cedrela, Virola, Chrysophillum, Protium, Duguetia, Cabralea, entre outros.

No passado, as florestas da planície foram retiradas para dar lugar a culturas diversas em pequenas lavouras de subsistência. Devido a este intenso uso há poucos remanescentes da Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas. A mata das planícies foi a que mais sofreu com o extrativismo e com queimadas.

2.2.3 CAMPO DE ALTITUDE

Nas maiores altitudes do parque está presente a vegetação Savana Gramíneo-lenhosa, ocupando uma superfície de aproximadamente 2,1% da área total do Parque, apresenta campos e capões no alto da Serra do Tabuleiro, situados em solos rasos ou rochosos, onde estão presentes principalmente as Gramíneas do gênero *Paspalum*, e as Tiriricas do gênero *Rychnospora*. A Savana Gramíneo-lenhosa apresenta gramado entremeado com plantas lenhosas raquíticas (MAGNANINI et.al, 1976; EPAGRI 1997). (MAPA 2, ANEXO)

2.2.4 VEGETAÇÃO FLÚVIO-LACUSTRE

A vegetação flúvio-lacustre, onde é freqüente o capim praturás (*Spartina densiflora* e *Spartina alterniflora*), (MAPA 1 e 2, ANEXO) predomina em aproximadamente 0,18% da área total do Parque. Esta vegetação está presente na faixa litorânea, no ambiente que apresenta uma acumulação fluviomarinha, à margem dos rios da Guarda e da Madre nas proximidades das localidades de Gamboa e Sorocaba no município de Paulo Lopes e também em área próxima a localidade do Massiambú Pequeno, no município de Palhoça (MAGNANINI et. al, 1976; EPAGRI 1997).

2.2.5 RESTINGA

A classe de uso e cobertura da terra denominada restinga, ocupa aproximadamente 2,86% da área total do Parque (MAPA 1, ANEXO). Predomina nesta área litorânea, a vegetação litorânea ou de restinga (MAPA 2, ANEXO) que é composta por vegetação herbácea ou arbustiva influenciada pelo oceano. Caracteriza-se também, por apresentar campos litorâneos e a vegetação brejosa, onde se encontram as Ciperáceas e Tifáceas. Também aparecem os gêneros *Andropogon*, *Paspalum*, *Ipomoea*, *Heleocharis*, *Campomanesta*, *Rapanea*, *Polypodium*, *Ramirea*, *Polystichum* e *Dodonaea*, entre outros.

O cordão litorâneo e a planície costeira são pontos mais vulneráveis às alterações impostas pela ação antrópica. A praia da Pinheira é a principal e mais conhecida questão problemática em torno da unidade, sofrendo com a ocupação desordenada e do turismo desproporcional no litoral, que tem na praia o seu principal atrativo. Assim como também a praia do Siriú no município de Paulo Lopes que está situada dentro dos limites da unidade de conservação e que na década de 90 apresentou crescimento espantoso de casas de veraneio.

2.2.6 MANGUEZAL

Classe de uso e cobertura da terra com aproximadamente 0,54% da área total do Parque, apresenta a vegetação típica com vegetação espessa, arbórea e arbustiva, com muitas raízes aéreas: o mangue branco, o mangue vermelho (*Rhizophora*) e siriúva (*Avicennia schaueriana*). O manguezal possui um ecossistema extremamente sensível as alterações do ambiente, com águas pouco profundas com flutuações de salinidade. No ambiente há uma mistura de água doce dos rios com água marinha resultando em um ambiente rico em nutrientes. Presente no município de Palhoça na localidade de Aririú; e uma pequena área próxima ao passo do Massiambú em Palhoça.

2.2.7 RESTINGA E DUNAS

Classe de uso presente no litoral nas praias da Gamboa e da Guarda, com aproximadamente 0,71% da área total do Parque (MAPA 1, ANEXO). Apresenta em alguns trechos sobre as dunas o aparecimento de vegetação rasteira (apresentada na classe de Restinga). Presente na Praia da Gamboa, Guarda e Siriú no município de Garopaba.

2.2.8 REFLORESTAMENTO DE PINUS E EUCALÍPTUS

A plantação de espécies exóticas no Brasil e no estado de Santa Catarina inicia com a implantação do Instituto do Pinho na década de 40, que passa a instruir agricultores sobre a importância e a rentabilidade do plantio de espécies exóticas. Na área do Parque e na área de entorno aparece apenas 0,62% de áreas ocupadas por reflorestamento de espécies exóticas (MAPA 1, ANEXO), não é representativo, mas nas proximidades do Massiambú Pequeno existe uma área considerável de plantio de pinus.

2.2.9 ÁREA DE PASTAGEM

Classe de uso presente em aproximadamente 3,75% da área total do Parque (MAPA 1, ANEXO). Presentes na superfície da vertente oeste da Serra do Tabuleiro em áreas dentro e na borda do Parque nos municípios de São Martinho, São Bonifácio, Águas Mornas e também com presença no litoral nas proximidades da Lagoa do Ribeirão e do rio da Madre em Paulo Lopes; presentes também nas proximidades do Rio Massiambú em Palhoça.

2.2.10 LAVOURA TEMPORÁRIA COM ÁREAS DE PASTAGEM

Classe de uso presente em aproximadamente 2,86% da área total do Parque (MAPA 1, ANEXO). Pela dificuldade de definir lavoura temporária e permanente na imagem de satélite foi definida para esse trabalho somente a categoria de lavoura temporária, mesmo que se saiba que na Vargem do Braço no município de Santo Amaro da Imperatriz se tenha uma lavoura permanente, como não foi possível confirmar a campo essa informação preferiu-se citar também nesta área lavoura temporária. Existem muitas dificuldades em observar na imagem de satélite as áreas onde há somente lavoura temporária, até porque muitas dessas áreas são abandonadas de um ano para outro e dividem parcelas com o campo de pastoreio, sendo às vezes, as mesmas áreas em diferentes meses do ano. Presentes em volta

dos limites oficiais do Parque, na área de proteção especial de 500 metros, principalmente na Vargem do Braço e Canto dos Hoepers em São Martinho; na comunidade de Santa Maria em São Bonifácio; e nos contrafortes da Serra Santa Albertina na divisa entre Imaruí e São Martinho.

2.2.11 ÁREAS DE PASTAGEM COM VEGETAÇÃO SECUNDÁRIA NOS PRIMEIROS ESTÁGIOS DE REGENERAÇÃO

Esta classe de uso está presente em aproximadamente 2,59% da área total do Parque (MAPA 1, ANEXO). Nestas áreas observa-se o recuo das pastagens e o avanço da capoeirinha. Aparecem principalmente em áreas da comunidade do Sertão do Campo e Morretes em Paulo Lopes, e Furadinho em Palhoça quase na foz do rio Cubatão.

2.2.12 ÁREAS DE PASTAGEM COM VEGETAÇÃO SECUNDÁRIA NOS PRIMEIROS ESTÁGIOS DE DESENVOLVIMENTO E ÁREAS DE LAVOURA TEMPORÁRIA

Classe de uso presente em aproximadamente 1,16% da área total do Parque (MAPA 1, ANEXO). Essa junção de classes foi necessária pela dificuldade em definir pela imagem de satélite a real utilização dessas áreas, portanto foram incluídas três categorias. Observadas nas proximidades das comunidades de Bom Retiro e Sorocaba em Paulo Lopes, Rio Chicão em Imaruí, Vila Santana e Estrada Velha em Santo Amaro da Imperatriz, Barra do Rio dos Bugres, Queçaba e Rio Cubatão em Águas Mornas.

2.2.13 ÁREA EM PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

Classe de uso presente em aproximadamente 0,27% da área total do Parque (MAPA 1, ANEXO). Fora dos limites do Parque, mas na área de entorno da unidade, representam importante informação quanto ao crescimento da urbanização nas proximidades da unidade, com graves conseqüências principalmente no litoral.

2.2.14 ÁREA DE MINERAÇÃO

Classe de uso presente em aproximadamente 0,04% do Parque (no limite da unidade dentro da área de preservação conhecida como área tampão) (MAPA 1, ANEXO). Foi identificada na vertente leste da Serra do Cambirela e está dentro da área do entorno da unidade, apesar de não estar dentro dos limites da unidade tem impacto direto no ambiente da unidade.

2.3 OCUPAÇÃO DA ÁREA DO PARQUE E NO ENTORNO

Historicamente no litoral catarinense o processo de interação homem-meio inicia-se interpretado por povos indígenas com um contexto de ligação com o ambiente, sobretudo à floresta. Há a partir do século XVII o momento histórico da chegada dos primeiros colonizadores e do impacto junto aos povos nativos criando novas formas de apropriação da natureza.

No Estado de Santa Catarina há uma ocupação humana diferenciada entre as regiões do estado, pois há uma presença de forte urbanismo no litoral à partir de 1970, destacando no interior a Vargem do Rio do Braço no município de Santo Amaro da Imperatriz. Sendo que essa maior ocupação no litoral decorre da combinação de diversos fatores, dentre eles a presença da rodovia BR-101 junto como fator antrópico importante, pois é agente facilitador da ocupação e da produção.

Passando pela BR 101 às margens do maciço cristalino da Serra do Tabuleiro é possível vislumbrar a natureza em toda a sua diversidade cênica, também não é difícil perceber os fatores espaciais que levaram à criação de uma unidade de conservação no local: a proximidade com cidades, o avanço dos bairros sobre as áreas naturais, a imprescindível preservação da floresta na encosta e dos mananciais de

água, e a ocupação principalmente da faixa litorânea e outros motivos menos precisos em uma primeira caracterização.

No entanto o homem de vivência urbana desconhece todo o histórico de ocupação e vivência na área delimitada como parque. A dificuldade não é somente dele, mesmo entre os acadêmicos e profissionais que atuam com unidades de conservação, é difícil encontrar paralelos entre a preservação ambiental e o histórico de ocupação humana. O homem é sempre visto como o destruidor do ambiente natural.

Não há dúvidas de que a destruição da floresta está diretamente relacionada com o avanço humano, seja da agricultura, do extrativismo ou da urbanização. Deve haver uma reflexão quando da escolha da área para uma unidade de conservação, essa reflexão precisa incluir não somente o acervo da floresta, mas as diferentes possibilidades sociais e históricas presentes nos lugares dentro do parque.

A cultura enquanto lente humana por excelência, possibilita enxergar o mundo, seus princípios (CASSIRER 1980, CLAVAL 1999). Os conceitos estão ligados diretamente à construção do pensar das sociedades, esse processo é histórico, mas precisa ser reconstruído conforme SANTOS (1998:15) para "(...) incorporar novas realidades e novas idéias ou, em outras palavras, para levarmos em conta o Tempo que passa e tudo muda".

Estas organizações de concepções são definidas quase sempre pela cultura de um povo ou de uma nação, ou ainda criados por um imaginário individual ou coletivo que as colocam em diferentes escalas de importância dependendo do período histórico (CASSIRER op. cit, CLAVAL op. cit).

Identificar os traços culturais de um determinado grupo necessitaria de um trabalho aprofundado de pesquisa antropológica para configurar as comunidades, mas esse trabalho de pesquisa concentrou-se na percepção espacial enquanto

impulsionadores de práticas e na criação de perspectivas dentro da cultura (CLAVAL op. cit).

Para atingir o objetivo de identificar o conhecimento do ambiente e as percepções espaciais nas comunidades a partir da delimitação da unidade, fez-se necessário, redescobrir o histórico da ocupação da área do parque e de localidades próximas a este. A paisagem da área do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro é fruto de um histórico de ocupação, que não pode ser observado isoladamente, mas sim regionalmente, é principalmente a partir da chegada dos colonizadores que as interações e modificações da paisagem se acentuam.

A ocupação humana da região como da área circunvizinha deve ser encarada sob o duplo aspecto do povoamento inicial, de origem exclusivamente lusa, quaisquer que possam ter sido as fontes originárias dessa procedência, e o da colonização abrangendo este uma extensão bem mais marcante, em área e profundidade. (CABRAL, 1976, p. 70)

2.3.1 A OCUPAÇÃO AÇORIANA

A ocupação colonial da porção litorânea do estado de Santa Catarina e que é representativo para a área de estudo inicia-se com a chegada dos açorianos em terras catarinenses em 1748. Sua introdução no sul do Brasil é uma tentativa do império português de ocupar demograficamente as terras ainda pouco habitadas por lusos-europeus, impedindo que os espanhóis que trafegavam ao longo do litoral catarinense impusessem sua soberania sobre estas terras. (CABRAL, 1987).

Os açorianos chegaram em Santa Catarina, maciçamente, em levas sucessivas durante os anos que se prolongaram de 1758 a 1776 – e constituíram um deslocamento populacional, das ilhas açorianas para Santa Catarina, calculado em aproximadamente 5 mil pessoas (4.929, segundo o número que se nos parece o mais aproximado). (CABRAL, 1976, p. 93)

Os núcleos de população açoriana eram chamados freguesias, no continente e em áreas litorâneas. As dificuldades ambientais de adaptação da população são

inerentes a localização geográfica da ocupação inicial açoriana em virtude do solo arenoso e dos declives acentuados das encostas. (LAGO, 1988).

Os açorianos tentaram de início reproduzir as técnicas de produção utilizadas em suas ilhas de origem, mas o plantio do trigo, da cevada, da aveia e do centeio não tinha boa adaptabilidade ao ambiente costeiro catarinense, assim os açorianos passaram a utilizar produtos nativos como a mandioca, onde aperfeiçoaram os processos de transformação da farinha de mandioca com os engenhos de farinha - alguns ainda hoje em atividade (FARIAS, 1998).

Para Silvio C. dos Santos:

As manifestações folclóricas ligadas ao artesanato estão também em franco desaparecimento. A tecitura do algodão, o fabrico de canoas de tronco escavado, os utensílios feitos em madeira, somente existem em algumas peças confeccionadas já há tempos passados. Raramente se tem notícia de que alguém ainda sabe fazer isso ou aquilo. Notícia que é acompanhada da informação de que, entretanto, tal pessoa não faz mais tal coisa no presente. (SANTOS, 1976, p.132).

Apesar da pesca não ser a principal ocupação dos açorianos na sua terra natal, conheciam bem embarcações e estabeleceram em Santa Catarina a principal atividade pelo qual são conhecidos até hoje, a pesca. Encontraram por estas terras uma natureza diferente, mas favorável em recursos para a sobrevivência, tanto florestais para a construção de embarcações, quanto marinhos em grandes quantidades de pescados e a utilização de ambientes estuarinos e lagunares. (LAGO, 1988).

2.3.2 A OCUPAÇÃO ALEMÃ

A colonização alemã iniciou em 1829 em São Pedro de Alcântara, próxima à capital Desterro. Os alemães que inicialmente chegaram tinham dificuldades em tratar a terra, eram legionários, tinham dificuldades em adentrar em meio à floresta e produzir na terra (FOUQUET, 1974).

Tanto dentro da área do Parque como na área do entorno há comunidades alemãs que mantêm sua produção agrícola, principalmente nos vales dos rios e junto às encostas da serra. No vale do Rio Vargem do Braço que nasce a 1.000m de altitude, ocupando a grande calha da Serra do Tabuleiro, onde forma uma bacia de 100 km², e no vale do Rio Capivari há uma colônia alemã que é

Colônia pioneira na introdução de elementos alienígenas em território catarinense o núcleo central situou-se sobre a antiga estrada que ligaria o litoral a Lages, e sobre o qual o Governador João Alberto Miranda Ribeiro, em 1798 estabeleceu dois núcleos de militares agricultores. O movimento alienígena, entretanto, iniciou-se, em 1828, quando foram transportados do Rio de Janeiro para a Ilha 635 colonos, distribuídos em 146 famílias, sendo que, embarcadas em Bremen contaram-se 523, que foram completadas com 112 elementos saídos da tropa, não só da Corte como também da própria Província. A este grupo pioneiro juntaram-se, posteriormente mais 59 nacionais. (CABRAL, 1976, p. 98).

A caracterização do termo *alemão* no Brasil refere-se a um grande número de povos de diferentes países europeus. O equívoco faz parte de uma realidade política que existia na Europa em meados do século XIX. A classificação, no entanto, exercia-se sobre a língua e a cultura inerente aos povos alemães. (FOUQUET, 1974)

Os motivos da imigração alemã são diferenciados conforme o período, mas pode-se afirmar que os fatores econômicos (a fome e a miséria) não são os únicos a trazer o imigrante à América do Sul. Concorre principalmente a falta de terra para o plantio, a falta de empregos nas cidades pela concorrência dos artesãos; a busca por novos mundos a serem explorados, principalmente pelos novos cientistas que tinham uma Europa já há muito catalogada (FOUQUET, op. cit.).

O meio europeu estava saturado, com espaços densamente ocupados, aqui havia espaços enormes pouco povoados, sobravam terras para os agricultores, havia condições favoráveis às empreitadas do desenvolvimento humano.

Os motivos de ordem ideológica e política também são representativos ao desvendar a migração do europeu, principalmente na concretização dos estados nacionais e nos períodos relativos as duas grandes guerras mundiais.

A febre da imigração deve muito aos *vendedores de sonhos*, agentes de empresas de navegação e funcionários de empresas de colonização. Não havia somente pobres entre os imigrantes, mas também pessoas de posses.

Na Europa era oprimente a falta de “espaço vital”, no Brasil o território parecia não ter fim, por isso mesmo o imigrante tinha muitas dificuldades em relacionar-se com o ambiente, as diferentes plantas, os animais, a língua, a ausência de pontos conhecidos de lugares sagrados.

Durante o governo monárquico havia uma certa política de aceitação e de deslocamento de imigrantes para pontos diversos do país, mantendo uma certa autonomia dos grupos de colonização. Na república há mudança de diretriz que passa a selecionar melhor os imigrantes e a tentar fixar os mesmos em colônias mistas, o que resultaria em um processo de assimilação cultural e construção de uma sociedade mais homogênea. (FOUQUET, 1974)

A colônia Teresópolis teve como uma das suas linhas principais a do Alto Capivari, situada às margens desse rio e que, com outros colonos, oriundos da colônia Santa Isabel, também de origem germânica, e da Vargem Grande, encontrou a possibilidade da sua expansão rio abaixo, localizando-se os ocupantes nas localidades que formaram São Bonifácio, Santo Antônio, Santa Maria e Rio Sete, de onde se introduziram nas áreas circunvizinhas.

O desenvolvimento da região possibilitou o desmembramento de territórios para a formação do Município de São Bonifácio, que compôs com aquelas linhas coloniais a sua área.

Finalmente, Vargem do Cedro, hoje pertencente ao Município de São Martinho é a que apresenta uma filiação diversa, entre as colônias germânicas da zona. Segundo as crônicas, em 1860, famílias alemãs em número de 60, que se destinaram a Anitápolis, Salto e Capivari, decorridos cinco anos, se deslocaram para São Ludgero, onde se estabeleceram e uma das suas linhas foi justamente a de Vargem do Cedro que, com São José, Armazém e Rio Fortuna se constituíram então. São Ludgero, Armazém, Rio Fortuna, Braço do Norte alcançaram a prosperidade que as tornou, a cada uma, município; Vargem do Cedro, a mais distante, integra hoje o município de São Martinho (CABRAL, 1976, p. 101).

Em 1938 o decreto de lei nº 383 de 18 de abril proíbe aos estrangeiros expor suas idéias e se associarem, discutirem política estrangeira ou mesmo publicar jornais, revistas, imprimir artigos, etc. Esse decreto visava não dissolver a ordem do país em um momento de dissolução da ordem internacional, no entanto atinge em cheio a cultura dos estrangeiros radicados no Brasil. Determinava ainda que nenhuma colônia pode ser constituída com estrangeiros de uma só nacionalidade, e a composição étnica do núcleo não pode ser preponderante sobre a composição étnica brasileira (FOUQUET, 1974).

As escolas eram montadas pelos próprios colonos, algumas eram particulares sendo pagas, outras tantas particulares eram mantidas por instituições como a religião e entidades de auxílio mútuo. O governo brasileiro subvencionava somente algumas escolas nas colônias. A partir de 1938 as escolas que ensinavam em alemão foram obrigadas a se adaptarem ao ensino da língua oficial, muitas foram fechadas (FOUQUET, op. cit.).

O enfoque dado neste trabalho sobre a colonização açoriana e alemã, evidencia-se pela origem étnica dos entrevistados das comunidades. Foi preciso conhecer alguns aspectos culturais desses entrevistados, portanto, como em sua maioria eram descendentes de alemães (nas comunidades de Vargem do Cedro e Santa Maria) e açorianos (nas comunidades de Laranjal, Siriú e Pinheira) buscou-se uma parte do histórico de ocupação do espaço dessas etnias. Não significa com isso, que não há outros grupos étnicos e diferentes culturas sobrevivendo dentro e no entorno do parque.

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

3.1 BASE CONCEITUAL

O intuito desse trabalho não é criar um banco de dados dos atores sociais visando à definição de um perfil sócio ambiental para ser utilizado no planejamento administrativo da área (este deveria ser um trabalho permanente da direção da instituição que administra a unidade). Este trabalho visa argumentar intervenções no parque com a necessidade da inversão de alguns valores, buscando potencializar os recursos disponíveis, mas, sobretudo em respeito ao conhecimento culturalmente construído.

Configura-se, neste cenário, a relevância que se deve dar ao saber e técnica tradicionais. Muito raramente, esse vasto conhecimento tradicional, e, sobretudo, as técnicas de manejo são reconhecidas como adequadas para os órgãos gerenciadores dos recursos naturais (DIEGUES, 1998).

Para SACHS (1995) a integração do contexto histórico, cultural, ecológico e institucional é determinante no processo de desenvolvimento e, portanto para o entendimento do meio ambiente.

As mudanças de produção e/ou exploração do ambiente não são somente em si produtoras de novas relações sociais e, portanto de espaços sociais, a ideologia e o fator político representam importante papel na formulação desses novos ambientes. (SANTOS, C. 1997).

As Unidades de Conservação enquanto territórios devem representar importante papel na construção de uma nova aprendizagem da relação homem/meio ambiente, seguindo um fio condutor da experimentação para a valorização do meio, essa valorização construída pela percepção e pelos conceitos adquiridos. Os aspectos

metodológicos de percepção ambiental transpassam por uma busca pela experimentação espacial de uma pessoa, uma busca dos sentidos, do significado que ela dá ao espaço tornando-o lugar.

Se desde o final do século passado a questão da fragmentação cultural de Santa Catarina mostrava-se como um problema aos governantes, neste final de século ela surge como um trunfo. Tanto que, diferente de outrora quando se buscava construir um tipo ideal a fim de empreender uma homogeneidade cultural do que era ser catarinense, atualmente investe-se na divulgação da multiplicidade étnica, na variação climática e geográfica e na abundante diversidade cultural. O poder público estadual passou a perceber que, diante da conjuntura mundial, a forma multifacetada que caracteriza Santa Catarina compunha-se em uma verdadeira mina dentro das novas tendências do mercado. Passando, assim, a investir em projetos dessa natureza, incentivando a cultuação das tradições locais e, inclusive, criando organismos estaduais direcionados a gerir a exploração turística catarinense.

É evidente que, ao mesmo tempo colocando em voga questões como identidade, memória, tradição, há um investimento na transformação destas em mercadorias. Pois se sabe que a memória é seletiva, joga com lembranças e esquecimentos, e no caso de memórias coletivas, que endossam as identidades das cidades cujo interesse combina com intenções mercadológicas, essas tradições são resultantes de um trabalho de construção, invenção, manufatura; ocorre uma seleção do passado para adequá-lo ao interesse presente (BITENCOURT, 1999, p. 37-38).

A colonização local sofreu as imposições do ambiente que era constituído de aspectos ecossistêmicos desconhecidos dos açorianos e europeus de um modo geral, e mais recentemente na destituição das tradições culturais, e principalmente nos projetos malfadados de modernização do campo e na estrutura comercial imposta pelos atravessadores. Enfrentam agora o ímpeto biocêntrico da constituição de espaços protegidos integralmente em lugares há séculos explorados.

Uma unidade de conservação de uso indireto tem impacto diferente conforme a área de sua localização, contando para isso conforme SANTOS (1997: 47) “a história do lugar, as condições existentes no momento da internalização (quando o que é externo a uma área se torna interno) e o jogo de relações que se estabelecerá entre o que chega e o que preexiste”.

Para SANTOS (1997) a diferença entre os lugares está baseada nas formas como se inseriu o modo de produção com suas particularidades. E hoje o valor de cada local está ligado a respostas qualitativas e quantitativas (esta principalmente) dos modos de produção particulares e da combinação destes.

Cada momento histórico de ocupação da área da Serra do Tabuleiro o espaço local foi se transformando e também o total de suas funções visto que para SANTOS (1997) a cada nova redistribuição uma nova formação social é constituída gerando modificações espaciais.

Observar os contornos da convivência com o meio consiste em grande parte em um trabalho etnográfico de impressões da experimentação humana. Facilmente é negligenciado o fenômeno humano da experimentação e nos atemos ao trabalho realizado pelo homem. Esta ação humana sobre a natureza, o trabalho, parece confortar, talvez em conseqüência de uma visão economicista acadêmica ou de um pensamento ocidental que permeia as construções humanas e não realmente o homem (TUAN, 1980).

É preciso saber dos lugares, mas também como se sente um lugar. As observações sobre o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro freqüentemente buscam refletir sobre o entendimento do território, empreendendo as verificações científicas pautadas em uma lógica quase sempre biocêntrica.

A construção do meio ambiente neste trabalho passa pela caracterização do território e do lugar. O espaço enquanto suporte físico registra as marcas do trabalho humano, em que o homem, não como mero espectador, imprimem os lugares onde vive. Sinaliza o potencial que o suporte físico, a partir de suas características naturais, tem para o homem que se propõe a explorá-lo e vivenciá-lo. Esse processo de criação (conceitual) e transformação da natureza é uma evidência da tentativa de superação do

homem, no estabelecimento da construção da realidade. Esse processo pode ser fatigante tanto para a natureza como para o homem.

A diferença entre os lugares é o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. O "valor" de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam. Assim, a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional (SANTOS, 1979, p. 14).

A realização do trabalho investigativo, com diferentes comunidades ou grupos de indivíduos que possuem uma realidade de conflito e de desconfiança, impõe restrições quanto à participação na vida comunitária. As dificuldades foram encontradas em adentrar em lugares onde há, sobretudo, o medo quanto às instâncias institucionais. E um estudante é quer queira ou não representante institucional.

Mesmo não visualizando todos os aspectos possíveis das comunidades, as entrevistas obedeceram aos métodos propostos, principalmente na perspectiva de caracterizar a ligação do morador com o lugar (topofilia).

Do ponto de vista metodológico, é necessário a transposição da abordagem técnico/jurídica da U.C. para uma abordagem que implique em quais são os limites espaciais que podem ser dados ao conjunto dos aspectos sociais e o papel das condições naturais na formulação de território da Unidade de Conservação. Assim como o levantamento de fatores que proporcionem retratar a percepção e possibilidades dos diferentes atores sociais.

Destacando os lugares como essenciais ao território, procede-se a busca da *percepção* não somente objetiva desse espaço, mas o processo de ocupação e descrição das comunidades tratadas a partir da concepção de descrições qualitativas da percepção, valorização e atitudes para com a paisagem.

A geografia da percepção e do comportamento é uma das novas tendências de nossa disciplina. Ela deve muito à contribuição da psicologia e da psicologia social.

O fundamento dessa abordagem vem do fato de que cada indivíduo tem uma maneira específica de apreender o espaço, mas também de o avaliar. Não se trata apenas de definir, para cada indivíduo, um espaço social na cidade ou fora dela, como fez Ledrut (1973). Este espaço social seria definido pelos lugares que lhe são familiares e as parcelas do território que ele deve percorrer entre esses diferentes lugares. (SANTOS, 1996, p. 67).

Caracteriza-se o espaço como mais abstrato do que o lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. (COLLOT, 1990, TUAN, 1983). O espaço aberto não tem caminhos ou sinalização, por isso torna o homem vulnerável. O espaço fechado e humanizado é o lugar. Comparado com o espaço, o lugar é um centro calmo de valores estabelecidos. Os seres humanos necessitam de espaço e lugar. O sentimento de espacialidade depende do contraste. (TUAN, op. cit)

Caracterizar uma construção essencialmente humana como o território não apresenta problemas, pois infere sobre limites evidentes, objetivos definidos, um código de condutas previamente estruturado e um poder consolidador. Diferentemente, o lugar pressupõe algumas condições que não são facilmente observadas, caracteriza-se essencialmente por uma relação que passa pela percepção.

Milton Santos (1996, p. 68-69) argumenta sobre a geografia da percepção:

As abordagens fundamentadas na percepção individual tem seu ponto de partida no processo do conhecimento. Este é o resultado da apreensão da realidade contida em um objeto.

Devido ao fato de que o principal interessado neste mecanismo, ou seja, o sujeito, é ao mesmo tempo, um ser objetivo e um microcosmo, o encontro entre a objetividade da coisa (ou a coisa objetificada) e a subjetividade de seu decifrador permite uma variedade de percepções. A coisa permanece una, total, intacta, mas as modalidades de sua percepção são diversas, parcelares, freqüentemente deformantes. "Eu sou meu mundo" (o microcosmo) diz Wittgenstein.

A relação que se estabelece homem e espaço subjuga a vontade, acontece sem pensar sobre ela, é reflexo da convivência. O lugar, essencial a este trabalho em unidade de conservação, pode ser entendido como aquele que nos dá segurança, enquanto o espaço é a liberdade, estamos essencialmente ligados ao primeiro e

desejamos o segundo. Pode-se definir o lugar como objetos no espaço onde fixamos nossa atenção. Olhamos uma paisagem e nosso olhar se detém em pontos de interesse. Esses pontos são experimentados pela nossa percepção; mesmo quando não sentimos inteiramente esse reflexo de nossa experimentação eles existem, emolduram-se os pontos de interesse no nosso consciente. (TUAN, 1983).

O estudo dos processos mentais relativos à percepção ambiental é fundamental para compreendermos melhor as inter-relações entre o homem e o meio ambiente, suas expectativas, julgamentos e condutas. Quantas vezes as nossas ações sobre o meio ambiente, seja ele natural ou construído, geram conseqüências que ignorávamos por completo e que afetarão a qualidade de vida de várias gerações? Quantas vezes os ambientes resultantes de projetos arquitetônicos ou planos urbanísticos afetam de maneira imprevisível as respostas dos seus usuários e moradores? E não se trata apenas de respostas emocionais, que dependem do nosso humor ou predisposição do momento, mas da nossa própria satisfação psicológica com o ambiente.

Ao se admitir a importância desse tema, é mais fácil entender por que ambientes construídos que apresentam pouca qualidade físico-espacial são comumente vandalizados em todas as partes do mundo, num dos fenômenos transculturais mais evidentes dos nossos tempos. Constantemente e não sem razão, os cidadãos expressam o seu descontentamento ou descuido para com o meio ambiente construído das cidades, particularmente em se tratando das comunidades menos afluentes da sociedade. Isto porque, principalmente nos grandes centros urbanos, o sofrimento dessas comunidades não se resume à questão socioeconômica e ao conflito de classes. Em seu uso cotidiano dos espaços, equipamentos e serviços urbanos, elas sentem diretamente os impactos da qualidade ambiental, desde aqueles relativos à complexa problemática dos transportes urbanos até a baixíssima *performance* ambiental dos bairros de periferia, conjuntos habitacionais, hospitais, escolas públicas, dentre outros. (RIO, 1996, p.10)

A busca pela experimentação espacial de uma pessoa é uma busca dos sentidos, do significado que ela dá ao espaço tornando-o lugar, assim as entrevistas abertas são indicadores de percepção que o ser tem com o objeto, da valorização que ele dá ao objeto, e das atitudes que ele tem para com o mesmo.

Piaget formulou questões acerca da percepção procurando interpretar não só o objeto observado com suas características de forma e estrutura, mas também o sujeito que observa que percebe com sua carga intelectual, emocional e suas características físico-estruturais.

Ainda segundo Piaget

(...) no terreno da percepção o sujeito não é o simples teatro em cujas cenas se representam peças independentes dele e reguladas antecipadamente pelas leis de um equilíbrio físico automático: ele é o ator e mesmo, com frequência, o autor dessas estruturas que ele ajusta à medida de seu desenvolvimento por um equilíbrio ativo feito de compensações opostas às perturbações externas (PIAGET apud NOT, p. 255: 1981)

Assim para Piaget a percepção é o resultado de uma série de percepções particulares do observador de acordo com sua fixação, seu olhar. Por si só o sujeito já estrutura de certa forma o dado observado comparando-o a suas experiências (NOT, 1981).

A superfície da terra é extremamente variada. Mesmo um conhecimento casual com sua geografia física e a abundância de formas de vida, muito nos dizem. Mas são mais variadas as maneiras como as pessoas percebem e avaliam essa superfície. Duas pessoas não vêem a mesma realidade. Nem dois grupos sociais fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente. A própria visão científica está ligada à cultura - uma possível perspectiva entre muitas. À medida que prosseguirmos neste estudo, a abundância desnorteadora de perspectivas, nos níveis tanto individuais como de grupo, torna-se cada vez mais evidente; e corremos o risco de não notar o fato de que por mais diversas que sejam as nossas percepções do meio ambiente, como membros da mesma espécie, estamos limitados a ver as coisas de uma certa maneira. (TUAN, 1980: p. 32)

O lugar e o vivido aparecem na paisagem, interagem com esta, e por isso passa-se a privilegiar a percepção que os homens tem de sua experimentação do meio. Assim, TUAN em *Topofilia* (1980), analisa a percepção, as atitudes e os valores que os seres humanos têm para com os objetos, seres, para com sua própria raça e para com o ambiente. O pano de fundo de sua análise sempre é o espaço ao qual os seres condicionam suas práticas tornando-a lugar.

3.2 ENTREVISTAS

Foram realizadas entrevistas em diferentes áreas do Parque, a fim de verificar as percepções dos moradores de áreas dentro do Parque e no entorno deste.

As possibilidades de explorar as entrevistas com os moradores rebatem nos diferentes olhares que os mesmos têm do seu lugar e da criação do território da unidade de conservação. A fim de possibilitar a compreensão do material adquirido nas entrevistas e de constituir um discurso coerente que valorize o maior número de falas utilizou-se na adequação dessas entrevistas o Discurso do Sujeito Coletivo. Em respeito às dificuldades de relacionamento que alguns moradores possuem com o órgão gestor da unidade de conservação não foram descritas referências pessoais dos entrevistados, a pedido de muitos dos entrevistados.

A primeira questão pesquisada procura verificar com o entrevistado a sua ligação com o lugar, os laços de afetividade com o lugar.

Questão: Você nasceu aqui? O que é a comunidade para você? Você pode descrever como é o lugar em que você vive? Como ele é? Você sabe localizá-lo?

Primeira Idéia Central

A ligação de afetividade com o lugar, o lugar da casa e da família.

O Discurso do Sujeito Coletivo

Sempre vivi aqui, meus pais nasceram aqui, cresci e trabalho nesta terra é o lugar da minha vida, tem tudo o que precisamos.

Depois da curva tem o cemitério (...) perto da igreja, lá tem meus avós e tios todos enterrados, quero ser enterrado ali também. Conheço outros lugares, mas aqui é muito mais bonito tem de tudo.

Construí minha casa ali (...) antes tinha mato por tudo que é lado (...) tem água a vontade e meus netos podem correr até lá em cima (...) sem problema.

Fugimos da cidade, perto da praia meus filhos têm outra vida junto à natureza, estão mais livres.

No mar antes tinha muito peixe e até que a gente vivia bem, agora tem dia que não da pra nada, mas mesmo assim eu não saio daqui, meu avô veio pra cá e o

pai dele antes dele.

Vivo a mais de trinta anos em São Bonifácio e não quero abandonar a minha comunidade, pretendo morrer e ser enterrado no cemitério daqui.

Tudo aqui é longe, o mercado, o médico, a prefeitura, mas nós já estamos acostumados tem muita coisa melhor aqui que na cidade, meu filho estuda em Florianópolis e lá não ta fácil de viver, aqui é mais tranqüilo e é nosso.

Muitos responderam que os elos de ligação com o lugar são os pais, o fato de terem nascido ali, ou dos pais e parentes estarem enterrados por perto, ou ainda o fato de conhecer todos os vizinhos. O significado do lugar aparece espreitando cada símbolo, não há só o lugar de residência, há o espaço de atuação (a plantação, a mata, o rio), o espaço de crença (a igreja, o cemitério).

TUAN (1983, p.97) apresenta uma discussão sobre o espaço mítico e o lugar: "O primeiro tipo de espaço mítico é uma extensão conceitual dos espaços familiares e do cotidiano dados pela experiência direta. Quando imaginamos o que fica do outro lado da cadeia montanhosa ou do oceano, nossa imaginação constrói geografias míticas que podem ter pouca ou nenhuma relação com a realidade." Para este autor, a construção que se faz do lugar é baseada na experimentação mas também na imaginação que passa a se produzir sobre o espaço.

Surgem vários sinais que indicam que as pessoas estão identificadas com o lugar, apesar das dificuldades. Somente uma família apresentou vontade de deixar a terra, por não gostar do lugar, todos os outros entrevistados expressaram vontade de permanecer no local enfatizando sempre que não vão conseguir outro lugar como esse onde vivem.

O lugar, que toma forma nos pensamentos e sentimentos das pessoas, refere-se ao cotidiano, ao sentido de ligação e afinidade, mais ainda é o lugar

delineador das necessidades e muitas vezes das paixões. Os lugares nem sempre são visíveis, eles se fazem visíveis através do meio, sendo que é percebido pela rivalidade, conflito com outros lugares, ou ainda pelo contraste visual, pelos sinais artísticos, pela arquitetura, cerimônias e ritos. Esses lugares somente se tornam mais reais através da ação do homem. O espaço local se fortalece enquanto lugar pelas aspirações humanas, pelas necessidades e os ritmos da vida pessoal e dos grupos (TUAN, 1983).

Conduzido pelos moradores foi possível visualizar a paisagem com que se confronta diariamente o morador. Nas propriedades ainda observa-se ao longe a Floresta Atlântica, muitas áreas de utilização intensa, onde, para a prática da criação de gado devastou-se as encostas, e plantou-se ao longo das trilhas espécie exótica (essencialmente o pinus).

A religião representa importante papel nas comunidades alemãs, com escolas e grupos de auxílio mútuo. Sempre apareceram enquanto organizações preocupadas em manter os traços culturais da sociedade alemã. A religião Católica desempenha papel relevante também na organização das comunidades. A igreja é definidora de uma relação íntima espiritual com o lugar, o laço afetivo passa a ser também o laço espiritual.

Grande parte dos entrevistados da comunidade de Vargem dos Cedros, principalmente as pessoas acima dos quarenta anos, conhece melhor o lugar, instituindo uma série de valores de acordo com a cultura dos seus pais, sendo a cultura definidora das práticas diárias, e da sua religião orientar as suas concepções de mundo. As palavras muitas vezes não expressavam corretamente o sentimento para com o lugar ele (o entrevistado) necessitava da exposição do corpo – apontando a serra ou levando até a horta - e da visualização de símbolos como a igreja, o cemitério e mesmo a montanha.

Na comunidade de Laranjal, onde os dois entrevistados eram de origem açoriana, a religião não é tão influente no processo de discussão quanto ao parque; ambos são protestantes de igrejas recentes que não têm uma preocupação social evidente. Os entrevistados de Laranjal, denotam na fala que possuem laços étnicos e históricos de compadrio, gostam de contar histórias e de falar bastante acerca dos problemas que o parque vem causando e chegam ao extremo nas emoções quando no embate com as autoridades. A ligação com a natureza, assim como nas comunidades de origem germânica, está associada essencialmente à exploração para a sobrevivência, é preciso produzir seja quais forem os custos; há referência em quanto o lugar é importante pelas belezas naturais, pela mata, pelos riachos, pelas encostas, mas é muito mais evidente a caracterização do lugar como local de trabalho, de produzir.

Na Praia da Pinheira, no município de Palhoça, a comunidade originalmente era descendente de lusos. Possuíam uma prática produtiva baseada, sobretudo na pesca. Dos entrevistados, quatro eram descendentes de moradores antigos e possuíam raízes açorianas, destacando sua ligação com o lugar pela pesca, o mar e a comunidade. O lugar das relações das falas dos nativos contrasta com a fala dos novos moradores; para estes o lugar na Pinheira é o refúgio da cidade, a procura de tranqüilidade e natureza – mesmo que aos olhos do pesquisador observa-se na paisagem uma desorganização do espaço urbano da área.

Quando da criação do Parque, em 1976, foram realizados levantamentos culturais e sociais. Estes levantamentos foram concretizados por professores da UFSC, sob a coordenação do Professor Sílvio Coelhos dos Santos (SANTOS, 1976). Destaca-se neste trabalho a comunidade da Pinheira e também a comunidade da Guarda do Embaú, formavam ambas, comunidades essencialmente pesqueiras, e expressaram no trabalho do levantamento dos Aspectos Culturais e Sociais do Parque do Tabuleiro, suas dúvidas quanto ao Parque:

As duas comunidades tem um passado ligado a exploração dos recursos do mar e suas existências datam do período colonial. As populações que ali residem tem um sentimento bastante claro de "propriedade" do lugar. Todos acham que pertencem à Pinheira ou a Guarda do Embaú, ou que elas lhe pertence, porque ali viveram seus antepassados e ali vivem seus parentes e amigos. Há também um nítido sentimento da segurança, decorrente de uma tradição de vida comunitária, onde "o pouco que existe é dividido com todos". Tal estado psicológico da população confere às duas localidades uma situação impar: ninguém imagina (ou planeja) migrar, e se alguém eventualmente o faz para trabalhar por certo tempo, tanto esta pessoa continua se considerando moradora do lugar, como os demais parentes e vizinhos. (SANTOS, 1976, p. 57).

Santos (op. cit) apresenta ainda o descontentamento e a falta de informação das duas comunidades quanto à criação do Parque Estadual, ambas consideravam que o parque não atingiria a área das comunidades. Principalmente porque acreditavam (e estavam certas) que o alto custo do terreno impediria a indenização dos terrenos. O autor salientou ainda o apego das pessoas dessas comunidades do litoral, a tal ponto que ninguém imaginava perder suas terras para um Parque tal, a ligação com o lugar.

As entrevistas que foram realizadas neste trabalho não conseguiram traçar um perfil do morador do litoral que sobrevive dentro ou a margem do Parque, mas possibilitou verificar, assim como o trabalho do professor Sílvio Coelho dos Santos, que os moradores não desejam sair do lugar, mesmo hoje havendo toda uma transformação no ambiente da Praia da Pinheira e no Siriú.

Com relação às tradições religiosas e festas nas áreas do limite do Parque, Sílvio Coelho dos Santos (SANTOS, 1976) afirma que apenas existem as festas que os pescadores da Praia da Pinheira promovem para homenagear Nossa Senhora de Navegantes e São Pedro e São Paulo, além do Terno de Reis. Santos afirma que "A não existência de aglomerados humanos no interior da área do parque é a razão da não presença de tais manifestações."

Ao mesmo tempo e no mesmo texto Sílvio Coelho dos Santos (SANTOS, 1976, p. 134) conclui que:

A pobreza cultural e econômica da população que vive de modo permanente na parte interna da área do Parque Estadual do Tabuleiro é muito grande. Mesmo assim o processo de modernização já atingiu tais contingentes. A tradição do artesanato foi há muito abandonada, decorrência talvez da sua impossibilidade de competir com a produção industrial. As peças de madeira rija que faziam funcionar o engenho de farinha, por exemplo, passaram a ser substituídos por motores, elétricos ou a gasolina. Os teares de fiação de algodão desapareceram. O mesmo ocorreu com o instrumental necessário ao fabrico do café e do algodão.

Assim há uma contradição em primeiro afirmar que não há comunidades no interior do Parque e depois citar que estas comunidades (que não existiriam no interior do parque) possuem uma pobreza cultural e econômica.

É preciso ficar claro que, o trabalho de SANTOS (1976), foi um trabalho solicitado para argumentar a criação da unidade de conservação, e na época de sua realização em 1976 a discussão sobre proteção ao meio ambiente e as unidades de conservação estava se iniciando, além do que há problemas relacionados às comunidades que viviam nos limites das unidades que ainda não se constituíam em um objeto de reflexão, ou se existia a argumentação era repelida por um discurso ambientalista pós Conferência de 1972 em Estocolmo.

Segunda Idéia Central da Primeira Questão

A dificuldade em sobreviver no lugar, a falta de espaço para plantar, a dificuldade com relação ao trabalho.

O Discurso do Sujeito Coletivo

Aprendemos a sobreviver no vale, mesmo o rio levando vez ou outra, todo o trabalho. Essa mata que ainda há nós não retiramos, antes sim, a gente tirava para abrir espaço para plantar, até lá em cima do morro, agora tem pouco espaço para plantar.

Há algum tempo havia mais união aqui, a igreja unia a gente e então podíamos andar por todo lugar, agora já não é assim, não sabemos mais quem é o dono do quê.

Não tenho mais o que fazer para arrumar mais dinheiro (...) sempre vamos a prefeitura (...) os políticos também prometem muito na eleição (...) ainda assim ninguém ajuda muito, o trabalho tá difícil e o jeito é vender palmito.

Meu filho foi para Florianópolis trabalhar, voltou pior do que foi, a cidade parece boa, né (...), mas não tem trabalho lá também, pelo menos aqui a gente come.

Nas entrevistas nas comunidades de Vargem dos Cedros, de Santa Maria e de Laranjal a concepção do lugar está muita atada ao nascimento, ao criar raízes, e muitas das pessoas entrevistadas apesar das duras lamentações sobre o desemprego, a falta de recursos financeiros, as dívidas e a pressão do parque, insistem que não querem sair do lugar; muitos deles expressam uma vontade de ficar e sobreviver com algum tipo de produção. A persistência de querer ficar no lugar é quebrada em muitos momentos quando se relaciona com a perspectiva de trabalho na cidade, mesmo que para os entrevistados esteja claro que arranjar trabalho no meio urbano é difícil. Muitas famílias continuam morando nas suas comunidades e buscam trabalho em Florianópolis.

Nos lugares a paisagem somente é apreendida através da percepção. Diferente de sistemas simbólicos concebidos pela cultura ou pela sociedade, a paisagem é o espaço percebido. Nas entrevistas fica evidente que a percepção da paisagem contrasta-se com a percepção da casa, do jardim do “meu” e “nosso” que não pode ser utilizado ou que “tenho” dificuldades em trabalhar. Não que essa percepção seja de dados passivos, mas sim de dados organizados pelos sentidos, então construída e simbolizada no consciente e inconsciente do indivíduo, e construindo uma valorização do ambiente que responda as suas necessidades. É difícil para o homem urbano perceber que a ligação com o lugar é refletida em um trabalho com a terra, onde esse falta, as esperanças diminuem e as possibilidades de existência estão unicamente atadas ao burlar a lei, “tirar o palmito”, “queimar a lenha”; é o que se sabe fazer, não se tem meios ou condições de buscar soluções urgentes para calar a fome imediata.

Todos os objetos que são percebidos no espaço têm uma face oculta à visão, mas a estrutura total do objeto dificilmente escapa aos outros sentidos da percepção, ou ainda a mente trabalha em uma possível contextualização a partir do segmento observado. Por não ser totalmente observada em todos os seus aspectos pela visão do urbano ou do pesquisador é que a paisagem rural se constitui em uma totalidade diferenciada. “Assim a paisagem se define como espaço ao alcance do olhar, mas também a disposição do corpo; e ela se reveste de significados ligados a todos os comportamentos possíveis do sujeito. O ver amplia-se para o poder” (COLLOT, 1990:27).

A segunda questão importante levantada nas entrevistas diz respeito à utilização do lugar no âmbito econômico e social:

Questão: Você trabalha aqui? Que tipo de trabalho? O que produz?

Essa questão propunha identificar a utilização da natureza e a visão da mesma.

Idéia Central.

A necessidade do lugar para se produzir à sobrevivência.

O Discurso do Sujeito Coletivo

Aqui eu e os meus filhos plantamos feijão, milho, e quando dá retiramos lenha para carvão, a maioria de lenha caída.

Planto para o sustento e tem gado para leite e corte de onde retiro um pouco de dinheiro, faço cursos de atualização em agricultura para ter mais produção.

Estamos produzindo juntos com os vizinhos e na discussão sobre os limites do parque.

Disseram que logo seríamos indenizados e teríamos que mudar, então a produção diminuiu por falta de motivação, nas discussões jamais levaram em conta que poderíamos ficar e trabalhar junto para a preservação.

Sempre tive casa para alugar na praia, um tempo não vinha ninguém, agora não consigo ficar sozinho final de semana, sempre tem gente.

A maioria das respostas foi no sentido da sobrevivência, todas as propriedades visitadas eram pequenas de produção familiar, onde há poucos excedentes, e onde são produzidas várias culturas. Dos poucos entrevistados que reconheceram que utilizam o extrativismo para incrementar a produção a fala articulase, para explicar a dificuldade da agricultura.

Esse lugar da comunidade é o espaço cotidiano, das encenações do dia-a-dia, não podendo ser simplesmente denunciadas como símbolos falidos ou atos desnecessários, mas devem ser analisadas de tal forma que cada pessoa da comunidade possa além de efetuar seu direito a terra ter a possibilidade de mudança.

As pessoas entrevistadas na Vargem dos Cedros e na comunidade de Santa Maria em São Bonifácio trabalham na terra, principalmente com a produção de hortaliças, também vem crescendo o aparecimento de pequenas granjas na região. Evidentemente, como em todo país, a situação do jovem é a de se desligar do campo e seguir para a cidade para procurar trabalho e em alguns casos estudar. As dificuldades em ficar e produzir na terra, além dos problemas da agricultura, o fato de haver uma perspectiva de decisão quanto à indenização das terras.

A terceira questão procurou inferir se o morador sabe o que é um parque e para que serve, como o morador vê a unidade de conservação:

Questão: Você pensa que o lugar deve ser preservado? Você acredita que o parque é importante para preservar a área?

Primeira Idéia Central

Quanto à serventia do parque

O Discurso do Sujeito Coletivo

É importante porque mantém a natureza intacta. Traz benefícios na qualidade da água.

A nossa região precisa da água que vem de lá do parque, por isso ele é importante.

Pensando no desenvolvimento; é bom para a preservação.

O parque deixa a região mais bonita, mas precisa que o IBAMA e a prefeitura parem de multar o pessoal.

Agora os animais não são caçados; antes de virar Parque o lugar era desmatado, os animais eram caçados.

Não sei o que é uma unidade de conservação, ou para que serve o parque, imagino que para proteger a natureza.

Nestes 27 anos da criação do Parque, as comunidades, mesmo ausentes no processo de criação e nas tentativas de implantação da unidade, refletem sobre a utilização do parque, construindo um conhecimento parcial dos objetivos da proteção.

A referência à área do Parque como o lugar da casa e do trabalho estimula entender que é preciso proteger (o lugar de vivência) e que esse espaço, seja pela água, pela mata ou pelas montanhas é o espaço conhecido, é o espaço percebido e vivenciado, portanto, esse espaço é também o espaço da conservação.

Nas comunidades do interior (Vargem dos Cedros, Santa Maria e Laranjal), os entrevistados precisam dos recursos naturais para continuar sua existência, sua produção enquanto que no litoral tanto no Siriú quanto na Pinheira os entrevistados reconhecem a importância do parque, “ele fica lá na serra”, então não me atinge, ou seja os limites do parque são sempre os de outra comunidade não “podem” afetar a

vida da comunidade

Em Laranjal os entrevistados desconhecem a importância do parque, talvez a causa seja o isolamento da comunidade, a dificuldade em se estabelecer programas específicos esclarecendo a importância do Parque. Para esses entrevistados a percepção do parque é a da multa, do outro que determina o lugar.

Por maior que seja a diferença entre o território constituído do parque e o lugar de vivência das comunidades, é preciso lembrar que eles se constituem em sobreposições de atribuições que precisam ser construídas com as comunidades. Assim, mesmo que o traço cultural seja o definidor das relações com o meio, os entrevistados nas comunidades respeitam as novas estruturações dadas ao ambiente, desde que se respeite seu espaço de sobrevivência, seu lugar.

Segunda Idéia Central

A idéia que se faz do parque,

Existe o parque, mas nós não temos acesso a ele e ao que tem lá.

Criaram o parque e mesmo assim estão desmatando tudo tem até a pedreira (referindo-se a uma pedreira próxima ao parque no morro do Cambirela bem junto a BR 101).

Porque sofremos muitas restrições, não podemos mais construir.

Podia-se criar animais no Parque; e antes o Parque pegava menos fogo do que atualmente.

Os moradores antigos foram tirados do local onde gostavam de morar.

O povo produzia lá mesmo na mata fechada, e mesmo assim tinha muita mata, agora a gente vê muita destruição por lá.

As restrições chegaram como mandatos divinos, o poder do território impôs condições de uso sem discutir a propriedade do fazer diário do morador do parque ou

da área do entorno. Surpreso, o antes parece melhor que o agora, imaginar que a memória do que havia pré-união sem as multas e sem a fiscalização era a liberdade de opinar sobre o lugar de refletir sobre os rumos do lugar.

No projeto dessa pesquisa imaginava-se poder conseguir definir o parque enquanto um lugar de vivência da comunidade – evidentemente para os entrevistados – mas o que se observou nas entrevistas é que os lugares são anteriores a instalação do parque portanto esses são normalmente referenciados, o parque é uma determinação pública passível de ser assimilado, mas não é um lugar de vivência.

O lugar de vivência é a comunidade, seus limites são a abrangência centenária do trabalho – a ação diária. A paisagem natural articula-se com o espaço da comunidade, é também lugar de experiências e de transformações sociais, de vivências e de afetividade – um prolongamento da casa.

Portanto o parque constitui o espaço da comunidade enquanto realmente uma imposição de limites de atuação, mais ainda de rompimento com o relacionamento da comunidade com o lugar. Não se pode sugerir que não há um trabalho humano sem interferência imediata sobre ecossistemas da área, mas não se pode destituir o trabalho humano sem chamar esse grupo destituído para planejar os novos arranjos do ambiente (talvez uma modificação de limites que possa vir de encontro aos anseios das comunidades).

Enquanto as comunidades litorâneas apresentam motivações concretas, para que se possa ter mudanças na estruturação e na ordenação do ambiente, pois seu lugar vem sendo modificado independente da existência do parque, nas comunidades no interior em Vargem do Cedro, Santa Maria e Laranjal os entrevistados quase na sua totalidade querem ficar no lugar, exatamente como está. É evidente que contribui para isso o desempenho na venda de produtos hortifrutigranjeiros para a Grande Florianópolis.

A percepção quanto ao Parque retrata um estranho, um desconhecido que se sabe o nome e de onde vem, mas não o que se quer, o que vai fazer. Essa percepção reflete em valores que muitas vezes são observados como antiecológicos, mas que na verdade dizem respeito a práticas culturais estabelecidas que podem ser articuladas a partir de novos saberes que podem ser construídos no contato com informações reais sobre a importância de preservar a área sem contudo destruir a comunidade e o vínculo com o lugar.

A praia local de existência, de viver, prazer e de trabalho constituía-se no olhar das comunidades da Pinheira e do Siriú no local ideal para sobreviver, surge o parque o olhar retrai-se. É evidente que a ocupação do litoral precisava de uma normatização, de um planejamento para organizar as áreas que, já na década de 70, crescia a olhos vistos, mas a criação imposta do parque condicionou modificações que mesmo depois das desanexações jamais foram rompidas, isso porque se instituiu uma frenética e desorganizada aglomeração urbana que modificou de maneira irremediável o ambiente.

Terceira Idéia Central

Quanto aos conflitos.

O Discurso do Sujeito Coletivo

Ficamos insatisfeitos com as desapropriações. Muita gente não quer sair do parque, mas vai ter de sair.

Muita gente não queria e não quer sair, ter que vender a terra, ir para outro lugar, a onde eu vou achar outro lugar como esse aqui?

Teve gente que saiu e voltou, perdeu muito dinheiro e os filhos foram para a cidade.

Nós entendemos que é preciso preservar, mas não conseguimos conversar

sobre como vai ser o parque com o pessoal da FATMA.

Eles tão dando cursos, mas a gente não consegue tempo para ir aprender tudo o que precisa para preservar, o que a gente pode fazer a gente faz.

Mesmo depois que virou parque, muita terra foi comprada por pessoas da cidade que vem aqui e abrem tudo para por umas criações.

Lá em cima da Serra passa gente todo o final de semana e eles nem são daqui e não conhecem ninguém, mas eles podem entrar lá no parque.

Os moradores tiveram sua renda diminuída porque tiveram de tirar a criação da área do Parque.

Por causa das multas e já deu muita briga aqui, inclusive morte e família que foi embora sem nada, a FATMA e o IBAMA proibem que nós que moramos aqui nem podemos tirar um pau para fazer fogo.

Há bastante conflito por causa das desapropriações, as pessoas não querem nem saber de sair das suas propriedades, mas muitas têm medo de serem obrigadas.

Acredito que se o parque agora for mesmo criado muita gente daqui vai ter que inventar outra coisa com a terra que tem lá dentro, o governo não vai ter dinheiro para pagar, certo? Então vão fazer o que?

Os processos administrativos instituídos ao longo das décadas no território do parque definiram uma outra relação de usufruto entre a população humana e a natureza, uma relação de medo. Nos grupos sociais de agricultores e pescadores, nem sempre as relações estabelecidas atendem às suas carências e expectativas.

O conflito marcado e estipulado por uma unidade de conservação criada sem funcionar, instituída sem consistir em melhorias para a população que existia na área. A revolta dos moradores diminuiu com o passar dos anos, ficou uma indiferença quanto ao parque que só é quebrada pelo medo da fiscalização.

As comunidades que vivem na área delimitada para o parque, enraizadas no lugar, como o local de nascimento, e sobrevivência, passam a ter um novo caminho a partir da criação do Parque Estadual, valores novos passam a ser agregados e

tradições têm que ser reformuladas dentro do espaço institucionalizado. Mas como deve ser essa passagem ao novo? Deve haver uma busca constante de abstrair da paisagem o devido valor a seus moradores, esses mesmos que precisam assimilar e posicionar-se em defesa da diversidade biológica da área de interesse, para a sobrevivência da sua diversidade cultural.

A conversa desafia a retidão, as informações são construídas sobre um cotidiano de trabalho, sem entender o porque do parque, tem aqueles que tiveram cursos para aprender a lidar com a área do parque, mas isso foi há muito tempo. A conversa evolui e o entrevistado demonstra que já ouviu falar muito do parque mas que pouco se fez na prática para melhorar seu entendimento das questões relativas à criação da unidade, um trabalho possível de educação ambiental informal ou um informativo com agenda de reuniões.

O trabalho de levantamento dos Aspectos Culturais e Sociais (SANTOS, 1976) realizado por professores da Universidade Federal de Santa Catarina acabou propondo:

1. Que se caracterizasse a Pinheira e a Guarda do Embaú como comunidades pesqueiras típicas para poder garantir sua existência dentro do Parque, com possibilidades de utilizar um espaço que deveria ser delimitado como espaço da comunidade, livre de restrições, mas que impedisse de transformar a área em zonas de veraneio.
2. Que se envolvesse a comunidade da Pinheira e da Guarda do Embaú no Plano Diretor do Parque, com o objetivo de tranquilizar a comunidade.
3. Foi sugerido que pudessem abrir perspectivas de empregos e renda com a instalação do Parque, para essas comunidades.
4. E como última sugestão do trabalho, para que houvesse uma maior atenção para a resolução de problemas sociais dessas comunidades para atender às reclamações das mesmas.

A mesma proposição foi realizada para os moradores das comunidades de São Martinho e de São Bonifácio destacando-se nesses dois municípios a vinculação histórica com a terra e a necessidade de permanecer no lugar pela ligação afetiva com o ambiente.

O meio urbano responsável pelas alterações no ambiente natural, ainda é responsável por atividades antrópicas dentro da própria unidade, como a retirada de minérios, de madeira, mas principalmente pelo consumo da paisagem, seja através de um turismo desorganizado, seja através de praticas dissociadas do respeito à conservação do ambiente.

No Município de Imaruí, localidade de Laranjal, um exemplo:

68 anos, possui 71 hectares dentro do parque. Nasceu em Laranjal, próximo do lugar onde mora, a história da família se confunde com a história do lugar. O lugar de nascimento é o lugar onde há mais de duzentos anos chegaram seus ancestrais. Trabalha na terra, visão da natureza enquanto vida e trabalho, história e sobrevivência, jamais venderia sua propriedade apesar das dificuldades em mantê-la, se não puder mais trabalhar por motivo de doença então vai vender a terra, os filhos trabalham também na terra. Produz feijão, milho, e retira lenha para carvão, afirma que somente retira lenha já caída ou plantas mortas. Por causa de sua atividade na produção de carvão vegetal, foi multado várias vezes (multas essas que foram retiradas no período de eleição municipal, como?) e ficou muito doente quando foi multado em uma soma que contava quatro vezes o rendimento mensal da família, desta feita seu filho assassinou um suposto ecologista do município que fez a denúncia. O mais interessante é que essa mesma multa causadora de um homicídio foi retirada por um conhecido advogado do município durante o período de eleição municipal em Imaruí. O caso causou grande repercussão e demonstrou a fragilidade do sistema de unidades de conservação no estado e da legislação ambiental que pune a quem? A

demonstração da retirada da multa deixa evidente que há acessos ao poder, com ligações nos órgãos que administram as infrações.

Quarta Idéia Central

Quanto à importância do parque

O Discurso do Sujeito Coletivo

Se não tivesse o parque aqui não tinha sobrado nada.

Dizem que o parque é bom porque logo vão vir mais turistas e a comunidade vai poder vender os produtos que produz.

O culpado de tanta pobreza aqui não é o parque, é o governo, o parque vai funcionar bem, e logo nós vamos ter que trabalhar nele.

Se o parque não existisse tudo isso aqui seria plantação, ou nós não conseguiríamos plantar mais e tudo iria virar plantação de pinus para renda.

Os municípios do entorno do Parque carecem de um trabalho efetivo do poder público, não só na implantação da infra-estrutura, mas no comando das discussões a respeito da atividade que despertem o morador para o tema da conservação dos ambientes. Há uma necessidade de não só uma parceria com a FATMA, mas principalmente para a criação do manejo participativo das atividades de educação ambiental e no desenvolvimento das comunidades.

A função da forma espacial depende da redistribuição, a cada momento histórico, sobre o espaço total da totalidade das funções que uma formação social é chamada a realizar.

Se não podem criar formas novas ou renovar as antigas, as determinações sociais tem que se adaptar. São as formas que atribuem ao conteúdo novo provável, ainda abstrato, a possibilidade de tornar-se conteúdo novo e real. (SANTOS, 1979: 16).

A religiosidade desempenha outro forte condicionante nas relações, sejam estas comunitárias e com a natureza. Nas entrevistas na comunidade de Vargem dos

Cedros essencialmente católica tende a uma organização melhor da discussão sobre o parque, principalmente porque há todo um trabalho de valorização do meio em função de projetos de implementação de turismo rural na localidade. Essa organização também acentua a firmeza do posicionamento, afinal um projeto de turismo no espaço rural deve valorizar o meio e a produção rural das propriedades que sobrevivem essencialmente dessa produção.

Especificamente, nesta mesma comunidade da Vargem do Cedro, quando o agricultor não queria conversar sobre o parque o refúgio é a língua, quando questionados se possuíam ou não terra no parque disse que não entendiam o português (esses com certeza possuem terra no parque, os que não possuíam conversavam muito bem no português). Isso denota uma preocupação com os rumos que podem tomar as desapropriações, sendo que todos os moradores entrevistados na Vargem do Cedro vivem fora dos limites legais do Parque mas possuem terras dentro dos limites, foram unânimes em afirmar que não gostariam de vender suas terras que fazem parte do parque.

Dauri de ascendência alemã possui uma propriedade totalmente dentro do parque, 58 hectares. Nasceu e cresceu no lugar. Não pretende sair, se for indenizado gostaria de comprar um lugar idêntico a esse, mas sabe que isso é difícil, planta para o sustento e tem gado para leite e corte de onde retira o sustento, constantemente faz cursos de atualização em agricultura e para a diversificação da sua produção. Possui forte ligação comunitária com os vizinhos no auxílio da produção e na discussão sobre os limites do parque, participou de várias reuniões como representante da comunidade junto a FATMA, sempre ouviu a mesma coisa que era preciso sair do parque que logo seriam indenizados e teriam que mudar, isso causou problemas na comunidade seja de relacionamento, baixa produção por falta de motivação. As constantes discussões jamais levaram em conta que poderiam ficar e trabalhar na preservação da área.

CONSIDERAÇÕES

Talvez a primeira pessoa do singular seja ideal para expressar melhor algumas considerações a este trabalho. Recupero o fôlego enquanto escrevo, pois tratar de uma unidade com mais de 92 mil hectares constitui múltiplas dificuldades e com certeza ficaram muitas dúvidas ainda sobre o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, nem era intenção deste trabalho responder aos questionamentos que existem, mas sim expressar outras perguntas silenciadas por trás das serras e nos vales distante da capital.

Poucos geógrafos e poucos cientistas sociais suspeitaram que toda a discussão filosófica em torno da percepção e da objetividade lhes interessava da mesma forma que a metamorfose do universal em particular, da essência em existência, que são a própria base de uma fenomenologia da Natureza. A discussão teórica limita-se inicialmente ao diálogo homem-natureza, mas esta própria discussão apresentar-se-ia sob uma forma dualista. (SANTOS, 1996, p. 72).

Ao tentar conhecer algumas pessoas que sobrevivem dentro da área do parque ou nas proximidades deste, busquei em primeiro lugar estimular a compreensão da existência do próprio parque. Ao longo do trabalho percebi que as comunidades que existem dentro ou fora do parque é que são o verdadeiro sentido da existência deste, parece tão evidente, mas não é, basta ler qualquer relatório institucional sobre qualquer unidade de conservação.

As configurações territoriais são os reflexos imediatos das modificações espaciais, impulsionadas por uma articulação política. Na criação de unidades de conservação vários aspectos concorrem para criar a idealização de uma área para preservação e conservação. Além dos fatores ambientais o interesse político aliado a uma ideologização ecológica interfere sobremaneira na proposição de uma U.C.

As relações sócio-ambientais instituídas na unidade de conservação precisam ser amplamente debatidas, não apenas pela necessidade de manutenção dos recursos,

mas principalmente pela melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas.

Por ter uma grande área com uma admirável diversidade geográfica, desde a faixa costeira até o alto da Serra, percebe-se que existe uma necessidade de diferentes estratégias de planejamento e gestão ambiental para esses ambientes. A utilização pela comunidade dos espaços e dos recursos naturais e o controle dos impactos geraram problemas na criação da unidade e na sua implantação. A preocupação agora deveria ser a intensa urbanização que vem acontecendo nas áreas próximas à unidade, acarretando efeitos de borda que podem atingir não somente a unidade, mas as comunidades que vivem na área.

Os gestores precisam cada vez mais de mapas com maior detalhe e precisão, principalmente passíveis de atualização, de acordo com problemas ambientais que aparecem nos ecossistemas. A velocidade com que se propaga o dano ambiental, principalmente em áreas costeiras, e em áreas de manguezais, exigem a utilização de imagens de satélites, e torna-se imprescindível às técnicas de geoprocessamento para seu monitoramento. É evidente que um trabalho de mestrado não pode cumprir com a formatação de um trabalho que é, sobretudo multidisciplinar e deve ser estendido a um corpo técnico específico, com condições de fazer o planejamento dos cenários das comunidades e dos ambientes naturais.

A visitação na área do parque é anterior à sua criação. Moradores da região e visitantes procuravam a área para subir as serras, para banhar-se nos rios, e principalmente para veraneio no litoral (o que acarretou a ocupação desordenada do litoral próximo à unidade e mesmo dentro da unidade). O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro não possui uma infra-estrutura para atendimento ao público, ou um centro administrativo, ou uma equipe de resgate. Sem infra-estrutura disponível na unidade, os visitantes geralmente acampam em qualquer lugar e um problema que já atingiu o parque inúmeras vezes foram incêndios provocados por fogueiras.

Não se privilegia e não se estimula a participação da comunidade local em atividades visando o ecoturismo no parque, ao mesmo tempo em que não se promove o desenvolvimento de uma consciência ambiental. O órgão administrador da unidade poderia adotar outras práticas de incentivo à geração de renda que incluam as comunidades em seu meio, isso acontece em São Martinho, por exemplo, mas partindo da própria comunidade, desordenada do processo de gestão do parque.

É evidente que é preciso haver uma nova organização territorial, repensar a partir da participação comunitária os espaços e a devida conservação aos ambientes naturais. A imposição de Unidades de Conservação que mistifica a natureza, e transforma o homem no mero visitante é uma busca de impressões sociais típicas de um modelo econômico e social que aniquila a concepção comunitária dos espaços, destitui a organização local, reprime um desenvolvimento das comunidades e mais ainda faz parecer uma soberania sobre o território, pois o espaço que passa a ser do estado e dentro da atual crise institucional brasileira isso não significaria que logo poderá ser privado?

A criação de unidades de conservação têm deixado no Brasil, as comunidades ausentes do processo, somente insistindo com essas quando os problemas aparecem. É relevante acrescentar que a preservação e conservação da natureza são um ponto comum entre comunidades e administração das unidades. As diferenças surgem nas propostas e nas delimitações de objetivos, que normalmente esbarram não só na ineficiência dos órgãos condutores do processo de criação e implantação da unidade, como também na radicalização da comunidade que perdeu seu espaço ou vive nele sem possibilidade de reproduzir-se.

A transposição da discussão do meio técnico para as comunidades é uma exigência generalizada das prefeituras, assim como a discussão aberta à comunidade de propostas de zoneamento, já que, subsistem dentro do parque não só áreas públicas, mas na sua maioria terras privadas. Mesmo que não fosse essa a realidade, o

programa de Reservas da Biosfera da UNESCO recomenda que sejam discutidas com as comunidades seja de dentro ou do entorno das unidades de conservação, qual a melhor forma de preservar e conservar o meio ambiente e as culturas locais.

O que esse trabalho pode auxiliar é na argumentação de que é preciso conhecer melhor as comunidades dentro e nas áreas do entorno da unidade, descobrir os diferentes anseios e principalmente incluí-los nos processos de planejamento e de gestão da unidade.

Por se tratar de uma unidade com dimensões regionais, as ferramentas do Planejamento Ambiental ou do Plano de Manejo da unidade, precisam de um suporte considerável de instituições e da própria comunidade. Isso somente pode ser garantido através do conhecimento geoambiental que se obtém constituindo na administração da unidade um plano de "Gestão Ambiental Participativo".

É preciso saber que um plano de gestão ambiental não pode só responder as questões técnicas. O processo de zoneamento em um plano de manejo não pode fugir de um debate sobre a dimensão da comunidade, não se trata somente da dimensão simbólica dos encantos dos traços culturais, mas principalmente da realidade dos moradores dentro e do entorno da unidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Cristina. **Caiçaras na mata atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000. 336 p.

BITENCOURT, João Batista. Cidades em movimento. In: BRANCHER, Ana. (org.) **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. 214 p.

BLEY, Lineu. Morretes. **Estudo da paisagem valorizada**. Tese de doutorado. Rio Claro: Instituto de Geociências, Universidade Estadual Paulista, 1990. 256 p.

BUTTNER, Anne. Geography, humanism, and global concern. **Annals of the Association of American Geographers**. 80 (1), p. 1-33, 1990.

BRASIL, Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/snuc>. Acesso em: 23 de outubro de 2001.

BRITO, Maria C. W. **Unidades de Conservação: Intenções e resultados**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000. 230 p.

CABRAL, O. R. Povoamento e colonização. In: Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. **Parque Estadual da Serra do Tabuleiro: aspectos sociais e culturais**. Florianópolis: UFSC. 1976. v. 2. 167 p.

CABRAL, O. R. **História de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987. 493 p.

- CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cutrix, 1982. 354 p.
- CARDOSO, C. de M.; DINIZ, S. M. ; SILVA, O. G. da. **Parque Estadual da Serra do Tabuleiro: aspectos físicos**. Florianópolis, 1985, 64p.
- CASSETI, Valter. A ideologia da modernidade e o meio ambiente. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia. n. 15 (1), p. 17-34, jan./dez. 1995.
- CASSIRER, Ernst. **Antropologia filosófica**. São Paulo: Mestre Jou [1980]. 378 p.
- COLLOT, Michel. Pontos de vista sobre a percepção das paisagens. **Boletim de Geografia Teorética**. Rio Claro - SP. n. 20 (39): p.21-32, 1990.
- CLAVAL, Paul. **Geografia cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999. 453 p.
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 484 p.
- DIEGUES, Antônio C. S. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: **Anais do I Simpósio Nacional "O Sol é Nosso: perspectivas de ecodesenvolvimento para o Brasil."** Florianópolis: UFSC, 1994, p. 69-83.
- _____. **O mito moderno da natureza intocada**. 2. ed. São Paulo : Hucitec, 1998.
- DURANT, Will. **A história da filosofia**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 2000. (Coleção Os Pensadores). 480 p.

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI
Relatório de mapeamento do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Projeto Microbacias/ BIRD. Florianópolis, 1997.

FOUQUET, Carlos. **O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil: 1808 - 1824, 1974...**São Paulo: Hans Staden, 1974.

GODARD, Olivier. O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual. In: CASTRO, E e PINTON, E. (Orgs.) **Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente.** Belém: UFPA, pp. 107-130, 1997.

GOMES, Paulo César da Costa. A dimensão ontológica do território no debate da cidadania: o exemplo canadense. **Revista Território**, Rio de Janeiro. n. 1 (2), p. 43-62, 1997.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente.** 5. ed. São Paulo : Contexto, 1996. (coleção temas atuais).

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Fundamentos da formação do território moderno. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n.23, p. 9-22, março 1998.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Guia do Chefe - **IBAMA Projeto IBAMA/ GTZ – Unidades de Conservação.** Brasília, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE **Manual técnico da vegetação brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, 1992. (Manuais Técnicos de Geociências, nº 1).

IUCN/PNUMA/WWF. **Cuidar de la tierra. Estrategia para el futuro de la vida.** Gland, Suíça, 1991.

LAGO, P. F. **Gente da terra catarinense: desenvolvimento e educação ambiental.** Florianópolis: UFSC, 1988. 349 p.

LANDSAT TM 7. São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2001. **Imagem de satélite.** Canais 5,4,3 + 8, composição colorida.

LEFÈVRE, Fernando et al. Os novos instrumentos no contexto da pesquisa qualitativa. LEFÈVRE, Fernando et al (org.). **O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem em pesquisa qualitativa.** Caxias do Sul –RS: EDUCS, 2000. 138p.

LEFF, E. (org.) Interdisciplinariedad y ambiente: bases conceptuales para el manejo sustentable de los recursos. In: _____. **Ecología e capital. Racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable.** México: Siglo XXI. p. 68-123. 1994.

_____. **Epistemologia ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001.

MACHADO, Lucy M. C. P. **A Serra do Mar paulista: um estudo de paisagem valorizada.** Tese de doutorado. Rio Claro: Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 1998. 232 p.

MAGNANINI, A.; NEHAB, M. A. **Plano diretor do parque estadual da Serra do Tabuleiro (Estado de Santa Catarina).** Rio de Janeiro: SOSOP/FEEMA, 1976. 119p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento. In: _____. **Pesquisa Qualitativa em Saúde.** 4. ed. São Paulo – Rio de Janeiro: HUCITEC – ABRASCO, 1996.

NOT, L. **As pedagogias do conhecimento.** São Paulo: Difel, 1981. 488 p.

PEREIRA, Moisés Alan. **Parque Estadual da Serra do Tabuleiro: aspectos funcionais, fundiários e ambientais, uma contribuição ao estudo das unidades de conservação.** Monografia de conclusão de curso, Curso de Geografia, UFSC. Florianópolis, dez. 1992.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993. 267 p.

RIO, V. DEL e OLIVEIRA, L. **Percepção Ambiental: Experiência Brasileira.** São Carlos, São Paulo: Nobel e Editora da Universidade Federal de São Carlos, 265p. 1996.

RODRIGUES, José Carlos. Os outros e os outros. In: _____. **Antropologia e comunicação: Princípios radicais.** Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1989.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Espaço, meio ambiente e desenvolvimento: releituras do território. **Terra Livre- AGB**, São Paulo, n. 11-12, p. 77-90, ago. 92/ ago. 1993.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir.** São Paulo: Vértice, 1986.

_____ Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. In: **Estudos Avançados.** São Paulo (vol.9) n. 25, p. 29-63. 1995.

SANTA CATARINA. **Mapa político do Estado de Santa Catarina.** Florianópolis: Secretária de Estado de Desenvolvimento e de Integração ao Mercosul. Diretoria de Geografia e Estatística, 1997. 1 mapa, color., 117cm x 133cm. Escala 1:500.000.

SANTOS, Carlos. A territorialidade e a sustentabilidade ou a ecologia do espaço político. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, n. 9, p. 41-56, jan./jun. 1997.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

_____. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5. ed. São Paulo: Hucitec. 1997.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 4. ed.. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Silvio Coelhos dos. Parque Estadual da Serra do Tabuleiro: aspectos sociais e culturais. In: Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. **Parque Estadual da Serra do Tabuleiro: aspectos sociais e culturais**. Florianópolis: UFSC. 1976. v. 2.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

_____. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

VAILLANCOURT, J.G. Sustainable development: a sociologist's view of the definition, origins and implications of the concept. In: M.D. Mehta e E. Ouellet (org.), **Environmental sociology: theory and practice**. North York: Captus Press, pp. 219-230. 1995.

YAZIGI, Eduardo. **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2001 (Coleção turismo Contexto).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo-Recife: Hucitec: IPESPE, 1995.

BRASIL. **Coletânea da Legislação Federal do Meio Ambiente**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 797p. 1992.

BRÜGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental?** 2. ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA (1992). **Resoluções CONAMA 1984 a 1991**. 4. ed. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 245p.

CASTRO, Iná Elias de. GOMES, P. C. da C. CORRÊA, R. L. (org.) **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DIEGUES, A.C.S. & NOGARA, P.J. **O nosso lugar virou parque: estudo sócio-ambiental do saco de Mamanguá**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1994.

DREW, David. **Processos interativos homem-meio ambiente**. 4. ed. São Paulo, DIFEL, 1998.

HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Revista Território**. Rio de Janeiro. ano II, n. 3, jul./dez., 1997 .

JOLLIVET, M & PAVÉ, A. O meio ambiente: questões e perspectivas para a pesquisa. IN: P.F. Vieira e J. Weber (org.) **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, pp. 53-112, 1997.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. 10. ed. Tradução: Roberto Grassi. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget. 1995. 302 p.

PESSOA, F. **Ecologia e território: regionalização, desenvolvimento, ordenamento do território, numa perspectiva ecológica**. Porto (Portugal) : Afrontamento, 1985.

PRINCE, Marie; LEWIS, Martin. The reinvention of cultural geography. **Annals of the Association of American Geographers**. 83 (1), p. 1-17, 1993.

REIGOTA, M. NOAL, F. O. BARCELOS, V. H. de L. (org.) **Tendências da educação ambiental brasileira**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 1998. 242 p.

SOLOT, Michel. Carl Sauer and cultural evolution. **Annals of the Association of American Geographers**. 76 (4), p. 508-520, 1986.

ANEXOS

ANEXO

QUESTÕES DAS ENTREVISTAS – material do entrevistador

1. Quanto à identidade com o lugar, o local das raízes.
2. Quanto à descrição espacial do lugar onde vive, dos limites, fronteira, barreira natural.
3. Quanto à utilização, *no que se trabalha ali no lugar*, de que forma.
4. Quanto à proteção e a *responsabilidade para com o lugar* em especial, quem deve cuidar e como?
5. *Quanto à valorização*

PERGUNTAS FORMULADAS AO ENTREVISTADO

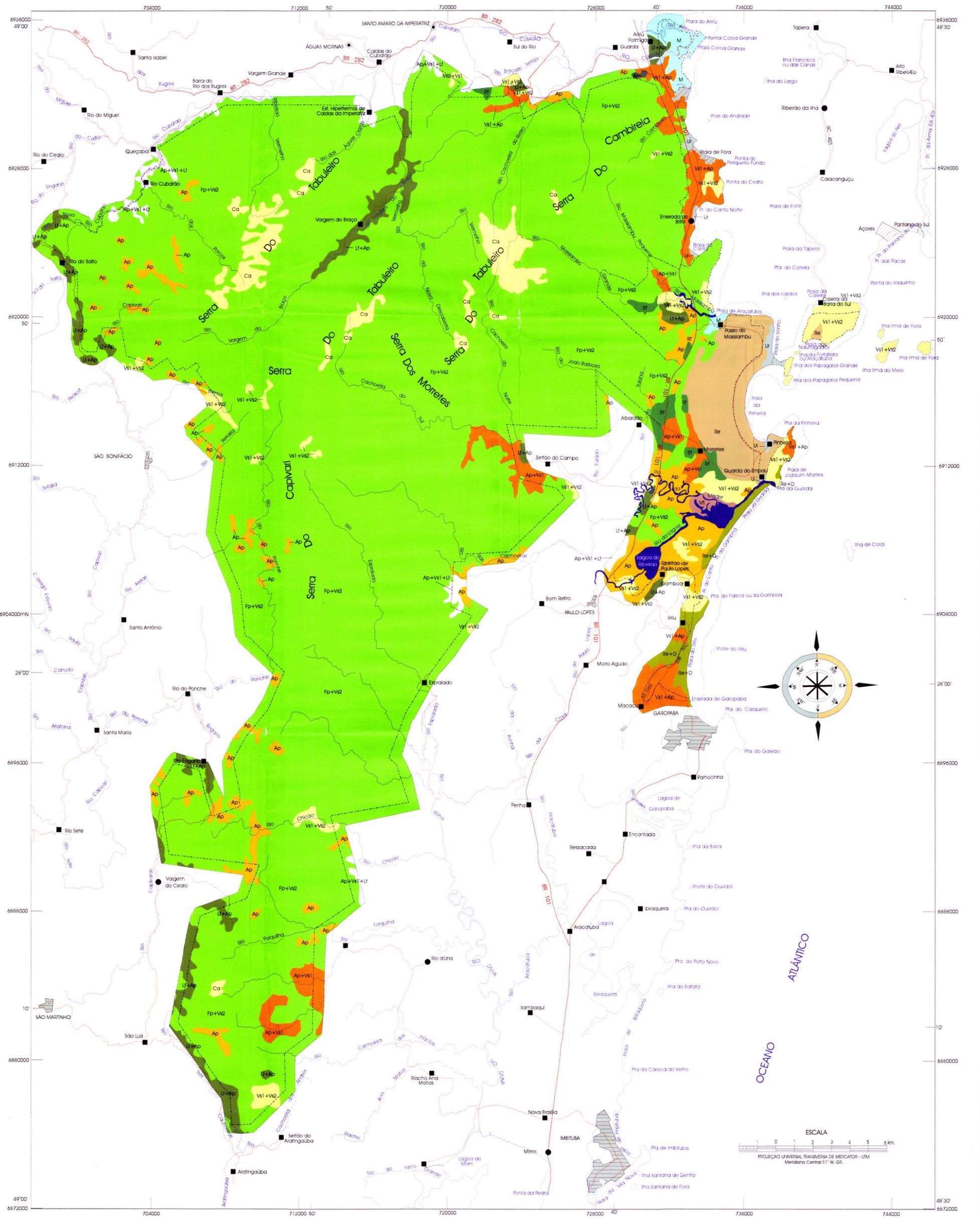
1. Você nasceu aqui? O que é a o lugar da sua comunidade? Você pode descrever como é o lugar em que você vive? Você sabe localiza-lo?
2. Você trabalha aqui? Que tipo de trabalho? O que produz?
3. Você pensa que o lugar deve ser preservado? Você acredita que o parque é importante para preservar a área?
4. Você pode me dizer o que você pensa de uma maneira geral sobre o valor desse lugar, tanto dos sentimentos que você tem, quanto do valor econômico?

PERFIL DOS MORADORES QUE RESPONDERAM AO QUESTIONÁRIO

A tabela 1 ilustra uma série de dados que configuram o perfil geral do morador das comunidades pesquisadas:

Questões	Categoria	Dos 28 entrevistados
Idade média		45 anos
Há quanto tempo mora no local	Tempo médio	30 anos
Grau de escolaridade	1° grau	18
	2° grau	06
	Superior	01
	Analfabeto	03
Ocupação	Estudante	02
	Professor	01
	Comerciante	01
	Dona de casa	04
	Funcionário público	02
	Aposentado	04
	Agricultor	12
	Motorista	01
	Prestação de serviços (em lojas, bares, restaurantes, etc)	01

Mapa 1 - Cobertura e Uso da Terra da Área do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro



CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

NÚCLEOS URBANOS	HIDROGRAFIA
CIDADE	Curso d'água
VILA	Canal
Outras Localidades	Lago / Lagoa
	Barragem / Açude
LIMITES	
Limite do Parque	
Limite da área tampão	
RODOVIAS	
Pavimentada	
Sem Pavimentação	

LEGENDA

Fp+Vs2	- Floresta primária + Vegetação secundária nos estágios mais desenvolvidos	Rf	- Reflorestamento de pinus e eucalipto
Vs1+Vs2	- Vegetação secundária nos primeiros estágios de desenvolvimento + vegetação secundária nos estágios mais desenvolvidos	Ap	- Área de pastagem
Ca	- Campo de altitude	U+Ap	- Lavoura temporária + área de pastagem
Vl	- Vegetação flúvio-lacustre	Ap+Vs1	- Área de pastagem + vegetação secundária nos primeiros estágios de desenvolvimento
Re	- Restinga	Ap+Vs1+U	- Área de pastagem + vegetação secundária nos primeiros estágios de desenvolvimento + lavoura temporária
M	- Manguezal	U	- Área em processo de urbanização
Re+D	- Restinga + Dunas	Am	- Área mineração

Fontes: Base cartográfica: IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cartas topográficas: folhas SG-22-Z-D-V-1, SH-22-X-B-1, SG-22-Z-D-V-3, SH-22-X-B-2, SG-22-Z-D-V-3, Rio de Janeiro, IBGE, 1988, 6 cart. color., 58cm x 74cm. Escala 1:80.000. Base digitalizada: Diretoria de Estatística e Geoprocessamento - DEGE. Gerência de Cartografia e Documentação - Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro GERCOC da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico - SD/SEC.

Fonte dos dados: IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mapa de Uso do solo: folhas Laguna e Florianópolis, Florianópolis, Diretoria de Geociências do Sul - DIGEO-SUL e Gerência de Cartografia e Documentação - Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro GERCOC da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico - SD/SEC, 1.999, Escala 1:100.000.

LANDSAT TM 7, São José dos Campos, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2001. Imagem de satélite. Canais 5,4,3 + 8, composição colorida.

Elaboração e edição: Geo. Orlando Ednel Ferretti

